



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

LUCIANO CORDEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR
LUIZ DA CONCEIÇÃO FERREIRA

**CURRÍCULO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: O
DESENHO UNIVERSAL COMO PRINCÍPIO PARA A
INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

BELÉM-PA
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

LUCIANO CORDEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR
LUIZ DA CONCEIÇÃO FERREIRA

CURRÍCULO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: O DESENHO UNIVERSAL COMO PRINCÍPIO PARA A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Trabalho apresentado como requisito parcial de aprovação ao Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do Prof. Dr. Anselmo de Athayde Costa e Silva.

BELÉM-PA
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

LUCIANO CORDEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR
LUIZ DA CONCEIÇÃO FERREIRA

CURRÍCULO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: O DESENHO UNIVERSAL COMO PRINCÍPIO PARA A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Trabalho apresentado como requisito parcial de aprovação ao Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do Prof. Dr. Anselmo de Athayde Costa e Silva.

Orientador: _____
Prof. Dr. Anselmo de Athayde Costa e Silva (ICED/UFPA)

1º Examinador (a): _____
Prof. Dr. Welington da Costa Pinheiro (ICED/UFPA)

2º Examinador (a): _____
Prof. Dr. Maria da Conceição dos Santos Costa (ICED/UFPA)

AVALIADO EM: ____/____/____

CONCEITO: _____

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus e aos nossos familiares por estarem presentes nos apoiando, nos guiando e dando forças para concluir mais uma etapa deste ciclo que se encerra.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos familiares pelo apoio em momentos difíceis, que foram fontes inspiradoras durante o processo de formação nesta graduação e para concretização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Anselmo Athayde pela disponibilidade, dedicação e paciência em suas orientações.

À banca examinadora Prof. Dr. Wellington Pinheiro e Prof. Dr. Maria da Conceição, que aceitaram o convite de avaliar o nosso trabalho de conclusão de curso.

À secretária da Faculdade de Educação Física Rosí, que nos aconselhou, ajudou, não só neste trabalho, mas no decorrer de todo curso.

Ao nosso amigo Khau Paiva pela contribuição na tradução do resumo.

Agradecemos a todos os nossos amigos que contribuíram de forma direta e indireta na nossa formação.

Para compreender o que se passa em lugares como estabelecimentos escolares, que aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas: isto é, em certos casos, o trágico que nasce do confronto sem concessão nem compromisso possível de pontos de vista incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social. (BOURDIEU: 1988, p.11).

RESUMO

Trata-se de estudo sobre o currículo de vinte cursos de Educação Física, nas melhores instituições de ensino superior do Brasil, de acordo com ranking Universitário Folha (2017). Tem como objetivos analisar como os referidos cursos trabalham a inclusão em seus currículos; analisar se o conceito de inclusão no currículo dos cursos analisados respeita os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem; e propor caminhos que favoreçam o estabelecimento da inclusão no currículo da educação física, de acordo com os princípios do Desenho Universal para a aprendizagem. Em relação à metodologia da pesquisa, adotamos como orientação teórica a abordagem qualitativa, e como estratégia de investigação o estudo bibliográfico, que nos permitiu refletir sobre este fenômeno, a partir das ementas das disciplinas dos referidos cursos, disponíveis no site das instituições investigadas. Para tal, realizamos o mapeamento das ementas das disciplinas voltadas para a temática da inclusão e categorizamos como a inclusão é abordada em tais cursos. Recorremos à análise de conteúdo de Bardin (2011) para tratamento dos dados; e aos conceitos de campo em Bourdieu (1989, 1996, 2003 e 2014); Desenho universal em (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2016); e (CAST, 2011) enquanto aporte teórico. Os resultados nos revelam que, ainda que os cursos analisados percebam a inclusão pela ótica da acessibilidade, nenhuma disciplina ofertada, nos vinte cursos de Educação Física brasileiros, constantes no universo desta pesquisa, desenvolvem a inclusão na perspectiva do Desenho Universal, focam apenas a questão das deficiências físicas, o que ratifica a importância de uma reestruturação curricular no sentido de transversalizar de fato a inclusão e não apenas em favor de alunos com deficiência, mas sim contemplando toda a diversidade presente no ambiente escolar.

Palavras-chave: Desenho Universal para Aprendizagem. Inclusão. Educação Física.

ABSTRACT

It is a study about the curriculum of twenty Physical Education courses, in the best institutions of higher education in Brazil, according to University Ranking Folha (2017). It aims to understand how these courses work inclusion in their curriculum; to analyze whether the concept of inclusion in the curriculum of the courses analyzed respects the principles of Universal Design for Learning; and propose ways that favor the establishment of inclusion in the curriculum of physical education, in accordance with the principles of universal design for learning. Regarding the methodology of the research, we adopted as a theoretical orientation the qualitative approach, and as a research strategy the bibliographic study, which allowed us to reflect on this phenomenon, from the menus of the courses of the mentioned courses, available on the website of the investigated institutions. To do this, we map the content of the subjects focused on the theme of inclusion and categorize how the inclusion is approached in such courses. We used the content analysis of Bardin (2011) for data processing; and field concepts in Bourdieu (1989, 1996, 2003 and 2014); Universal design in (CARLETTTO; CAMBIAGHI, 2016); and (CAST, 2011) as a theoretical contribution. The results show that, even though the courses analyzed perceive the inclusion of accessibility, no discipline offered in the twenty Brazilian Physical Education courses in the universe of this research, develop the inclusion from the perspective of the Universal Design, focus only on the issue of physical disabilities, which ratifies the importance of a curricular restructuring in order to actually mainstream inclusion and not only in favor of students with disabilities, but rather to contemplate all the diversity present in the school environment.

Keywords: Universal Design for Learning. Inclusion. Physical Educacion.

Lista de Quadros e Figuras

Figuras

Figura 01 Matrículas na Educação Especial no Brasil: 2004 a 2008.....	15
--	----

Quadros

Quadro 01 As 50 mais bem posicionadas Universidades de Educação Física e a UFPA.....	33
---	----

Quadro 02 A Inclusão como disciplina nas ementas das 20 melhores Faculdades de Educação Física do país, segundo o <i>ranking</i> da Folha de São Paulo.....	37
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATIF – Atividades Interativas de Formação

BDBTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

FMU - Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MACKENZIE – Universitária Presbiteriana Mackenzie

MEC – Ministério da Educação

PUC-MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PNEE-EI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

UCB – Universidade Católica de Brasília

UDESC – Fundação Universidade do estado de Santa Catarina

UEFS – Universidade estadual de Feira de Santana

UEL _ Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAI – Universidade Federal de Alagoas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de São Carlos
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UMESP – Universidade Metodista de São Paulo
UNB - Universidade de Brasília
UNESA – Universidade Estácio de Sá
UNESP – Universidade do Estado de São Paulo
UNICAMP – Universidade de Campinas
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIJUI – Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba
UNIMOVE – Universidade Nove de julho
UNIP – Universidade Paulista
UPE – Universidade de Pernambuco
USP – Universidade de São Paulo
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
SEÇÃO I – DESENHOS DA INCLUSÃO NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA, NO BRASIL	24
SEÇÃO II – DESENHO UNIVERSAL PARA A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO NO CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	29
O Desenho Universal e a Inclusão no currículo da Educação Física no Brasil.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	54

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre Inclusão no Brasil têm seguido duas frentes investigativas: uma profissional e outra escolar, ambas com conquistas legitimadas no âmbito do direito à acessibilidade (BAPTISTA, *et. al.*, 2014). No que tange à inclusão escolar, esta é garantida, desde 2016, por força de lei¹, orientando escolas públicas e particulares a aceitarem matrículas de alunos com deficiência física ou com superdotação. O debate sobre a inclusão no Brasil, no entanto, vem ganhando força gradativamente nas últimas décadas, mas ainda hoje é abordado na perspectiva de uma inclusão parcial da população, especificamente, de pessoas com deficiência física, cognitivas ou com superdotação.

Esta visão nacional da educação inclusiva materializou-se em nossas escolas, desde a década de 1990. À época, a legislação brasileira demonstrava preocupar-se com a forma como alunos considerados “diferentes” do então padrão “normal” valorizado e aceito pela sociedade e aceito para a escola, influenciando, inclusive, o modelo de escola apta para acolher tais alunos. (BAPTISTA, *et. al.*, 2014).

No entanto, os debates sobre a inclusão no currículo das escolas brasileiras vão além do conceito de inclusão ligado à garantia de acessibilidade a pessoas com qualquer tipo de deficiência. Com a promulgação da lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação – LDB isto ficou mais evidente, principalmente quando prevê em seu artigo 3º que

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 (...)
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extraescolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (BRASIL, p.).

¹ A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência objetiva atingir o desafio de ofertar um ensino verdadeiramente inclusivo, pautado no atendimento da meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE). De acordo com o PNE, crianças de 4 a 17 anos “com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” devem frequentar preferencialmente instituições de ensino e classes comuns.

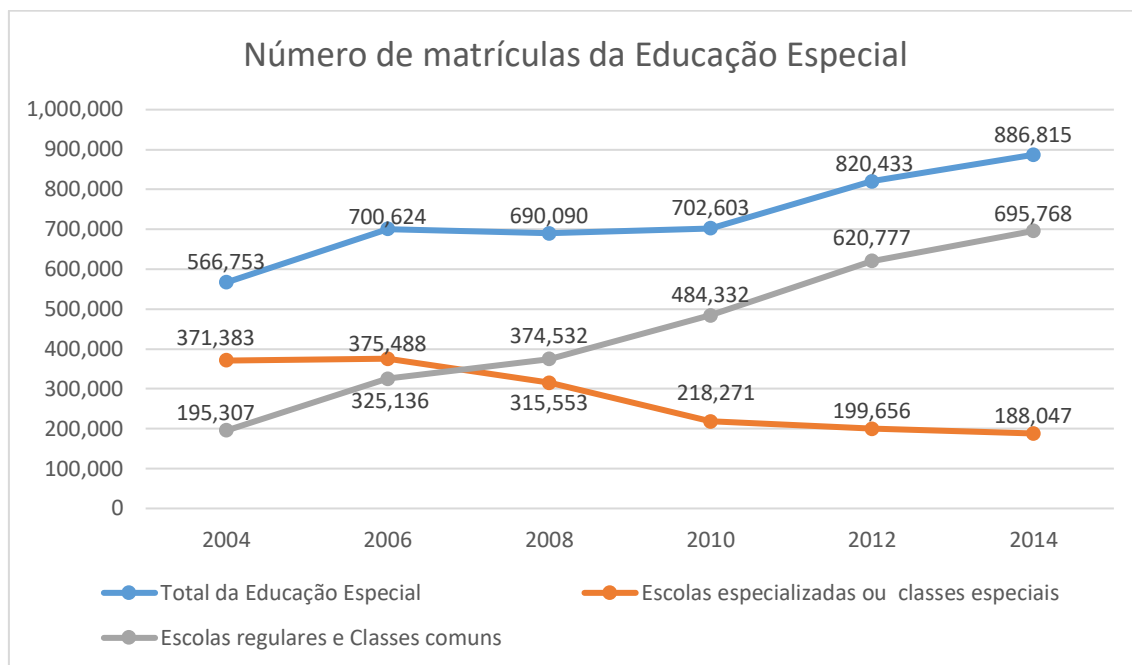
Ainda que a LDB nos apresente este artigo com o ensino voltado em princípios que nos remetam a um conceito mais ampliado de inclusão, ela nos apresenta um capítulo dedicado para a Educação Especial no Brasil, não apenas conceituando o que o Ministério da Educação considera como Educação Especial, mas também por garantir, por força de lei, o ingresso e a permanência deste público na escola básica, o que também é uma forma de incluir, e com garantias fundamentais tais como: serviço de apoio especializado na escola regular, de acordo com as necessidades de cada aluno; educação em locais especiais, quando da impossibilidade física do aluno de frequentar as classes regulares de ensino; currículo adaptado às necessidades de tais alunos; formação específica para professores em nível médio e superior, para atendimento especializado; educação para além dos muros da escola, ou seja, garantia de acessibilidade à uma educação cidadã, para a vida (BRASIL, 1996). O que foi reafirmado na década seguinte, pela Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

A escola é vista na legislação educacional brasileira, portanto, como um local de Inclusão, um espaço de acolhimento que garante uma educação voltada para a igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola. É necessário considerar, porém, que a escola também aparece na legislação educacional brasileira como um espaço de qualidade voltada para o social, centrada no estudante e na aprendizagem, com reformulação de seus espaços e tempos educativos, a partir da ótica da inclusão, da valorização das diferenças e do atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, visando o cultivo às diversidades existentes no chão da escola, e não apenas à acessibilidade de pessoas com deficiência física, cognitiva ou com superdotação (BRASIL, 2010).

Na década seguinte a preocupação com a Inclusão tornou-se ainda mais evidente em decorrência da avaliação do Plano Nacional de Educação – PNE. Em 2014, o MEC apresentou, em forma de gráficos, as estatísticas sobre educação inclusiva nas escolas brasileiras, anunciando um crescimento no número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, em todo o território nacional que vai de 56%, ou seja, de 566,753 matrículas em 2004; para 886,815 novas matrículas em 2014, como podemos visualizar na **Figura 01**, que evidencia o ano de 2008 como essencial para a mudança de pensamento sobre Inclusão no Brasil, em especial no que tange à oferta de atendimento especial em espaços inclusivos para superação do

antigo modelo educativo segregador e reprodutor de preconceitos e discriminação sociais.

Figura 01: Matrículas na Educação Especial no Brasil: 2004 a 2008.



Fonte: Sinopses estatísticas da Educação Básica – INEP/ MEC (2004 a 2014).

Tais conquistas, apesar de incipientes, mostraram-se relevantes, pois, de acordo com o Relatório Mundial Sobre a Deficiência da Organização Mundial da Saúde, estima-se que 15% da população apresente alguma forma de deficiência. (OMS, 2011).

O aumento de matrícula de pessoas com deficiência nas escolas pode ser um fato social positivo que nos leva a crer que as políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência à escola estão funcionando como deveriam, mas, quando pensamos a inclusão além da categoria deficiência física, vemos uma lacuna cada vez menos possível de ser preenchida. Até por que, estima-se, uma dificuldade quase coletiva no entendimento de inclusão além da categoria deficiência física.

Pensar a inclusão apenas pelo viés da deficiência não é pensar de fato a inclusão em nossas escolas e na sociedade como um todo; pois, primeiro, não temos como determinar o número exato de pessoas com deficiência ou com superdotação

que permanecem fora da escola², muito menos de saber o que as impedem de chegar até a escola e, principalmente, de permanecerem dentro dela. Segundo, precisamos pensar diferentes formas de inclusão para que o maior número de pessoas possível possa se sentir acolhido na escola e na sociedade, valorizado por suas diferenças e respeitado em suas individualidades e necessidades. Logo, precisamos que a escola seja um espaço de acolhimento e respeito, um lugar onde mesclam-se à inclusão, categorias como orientação sexual, religião, raça, cultura, classe social, dentre outras que possam, de alguma forma, ocasionar exclusão nas relações sociais vivenciadas dentro e fora da escola.

Logo, o debate sobre a Inclusão ainda se faz necessário por seu caráter atual, principalmente porque o debate sobre inclusão, hoje, coincide com a noção de desenho universal aplicado a educação, conceito que objetiva a quebra de barreiras que impedem os alunos de aprender e se desenvolverem no processo de aprendizagem. (RICARDO; SAÇO; FERREIRA, 2017).

É importante salientar que o conceito de Desenho Universal enquanto modelo único voltado para a quebra das barreiras arquitetônicas que impedem a acessibilidade, foi desenvolvido, inicialmente, na área da arquitetura, com o objetivo de estabelecer um projeto único para produtos e ambientes a serem utilizados por um número variado de pessoas, sem necessidade de adaptações ou modificações a serviço de atender a pessoas com deficiência. (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2016).

Este conceito foi pensado para a criação de produtos acessíveis para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais, necessidades ou habilidades. A ideia principal do Desenho Universal na arquitetura é tornar os ambientes verdadeiramente acessíveis aos indivíduos, respeitando suas características, necessidades físicas, mobilidades e imobilidades, resultando, assim, em ambientes propícios a sociabilidades de diferentes pessoas no mesmo ambiente, combatendo as diferenças e tornando espaços verdadeiramente inclusivos, já que

² Isto porque há um desencontro de informações sobre os dados de pessoas público-alvo da Educação Especial fora da escola no Brasil. As fontes existentes para investigação da parcela de crianças e jovens entre 4 e 17 anos, com deficiência, que estão normalmente matriculados na escola Básica é o Censo Escolar, realizado anualmente pelo MEC; Ao passo que a investigação sobre o total desta mesma parcela, a nível nacional, é realizada pelo Censo Demográfico, a cada dez anos, sob responsabilidade do IBGE. Tais fontes, não se complementam, já que utilizam critérios distintos sobre a caracterização da deficiência, o que inviabiliza comparações entre ambas as pesquisas. Outro fator relevante que prejudica compará-las é que o Censo Demográfico não faz nenhuma referência à população com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Ao longo de nossa vida mudamos nossas características e atividades. Quando somos crianças, nossas próprias dimensões nos impedem de alcançar ou manipular uma série de objetos, às vezes, por segurança, às vezes, porque a criança não foi pensada como usuário. Quando adultos, nos encontramos em inúmeras situações que dificultam, temporariamente, o nosso relacionamento com o ambiente - como gestação, fraturas, torcicolos, quando carregamos pacotes muito grandes ou pesados, entre outros. Ao alcançarmos mais idade, nossa força e resistência decrescem, os sentidos ficam menos aguçados e a memória decai. Também é possível, mesmo que não frequentemente, ao longo da vida, adquirir alguma deficiência, seja ela física, psíquica ou sensorial. O ser humano “normal” é precisamente o ser humano “diverso”, e é isso que nos enriquece enquanto espécie. Portanto, a normalidade é que os usuários sejam muito diferentes e que dêem usos distintos aos previstos em projetos. (CARLETTI; CAMBIAGHI, 2016. p.10-11).

Atualmente o conceito foi ampliado e aplica-se ao atendimento das mais diferentes necessidades, através do fornecimento de suportes específicos que auxiliem as pessoas durante a aprendizagem. O conceito de Desenho Universal para a aprendizagem foi elaborado por Anne Meyer e David Rose, nos anos 90, pensado, inicialmente, para atender as necessidades de pessoas com deficiência no ambiente escolar. Trata-se, portanto, da elaboração ou customização de recursos, materiais e estratégias de ensino que facilitem a aprendizagem de todos os envolvidos no processo educativo. (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017).

Por ser um conceito relativamente novo, acreditamos que sua aplicação no ambiente escolar ainda é incipiente e no que tange às aulas de Educação Física, seja quase inexistente. Logo, pensar este conceito, frente ao atual contexto histórico e político brasileiro, pode contribuir para tornar a disciplina um espaço verdadeiramente inclusivo, favorável à integração de todos, sem violência, preconceito ou discriminação de todas as ordens e, assim, valorizar as diversidades na diversidade escolar, dentro de uma ótica cultural contrária a qualquer hierarquia unilateral e verticalizada, que privilegie um modelo dominante sobre o dominado.

OBJETIVOS

Geral

Analisar como O Desenho Universal para a Aprendizagem se materializa no currículo dos cursos de Educação Física em todo o território brasileiro, especificamente nas disciplinas voltadas para a inclusão.

Específicos

Caracterizar o conceito de inclusão no currículo dos cursos analisados respeita os princípios do Desenho Universal para a aprendizagem;

Propor caminhos que favoreçam o estabelecimento da inclusão no currículo da Educação Física, de acordo com os princípios do Desenho Universal para a aprendizagem;

METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta o desafio de mapear como a Inclusão é trabalhada nos melhores cursos de Educação Física avaliados pelo ranking Universitário da Folha (2017). A escolha por este instrumento deve-se ao rigor da investigação das universidades e ao acesso facilitado dos resultados por estudantes em idade pré-vestibular, sendo, portanto, um instrumento de decisão na escolha do curso e da universidade/faculdade destes alunos.

A partir da leitura das ementas das disciplinas voltada para a inclusão, disponibilizadas no site das referidas universidades, analisamos como os cursos de Licenciatura em Educação Física brasileiros desenvolvem a inclusão em seus currículos. Este tipo de pesquisa, segundo Ferreira (2002, p. 258), por seu caráter bibliográfico, também pode ser chamado de “Estado da Arte”, com metodologia descritiva ou inventariante; pautada na realização de um mapeamento sobre a produção de conhecimento sobre determinado assunto, em determinadas épocas e condições, em diferentes campos do conhecimento, apresentando como resultado resposta a aspectos e dimensões relevantes no processo formativo do campo investigado.

Realizamos uma pesquisa qualitativa, a partir de um estudo bibliográfico, utilizando procedimento de coleta *on-line* de informações nos sites das universidades selecionadas. Delimitamos nossa pesquisa no campo da Educação Física, pois verificamos a importância de tal tema para a concepção curricular não apenas dos cursos de formação de professores, mas também da Escola Básica e da Educação como um todo.

Para alcançar nossos objetivos este trabalho está estruturado em dois momentos complementares: o primeiro consiste na coleta de dados sobre as universidades investigadas nesta pesquisa; o segundo consiste em apresentar, a

partir da análise das ementas dos cursos selecionados, o modelo de inclusão presente no currículo dos cursos de Educação Física das melhores Universidades presentes no ranking Universitário da Folha, identificar se estão coerentes com o conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem e levantar o debate sobre possibilidade de aplicação deste conceito nas aulas de Educação Física.

É importante enfatizar que, apesar de existir um número grande de pesquisas sobre Inclusão de crianças e adolescentes na Escola Básica, a maioria destas pesquisas restringem-se à acessibilidade de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação no Brasil³.

No entanto, a inclusão não pode ser vista apenas neste viés de pensamento, pois não podemos esquecer dos casos de exclusão de alunos por motivos variados como: cor/raça, religião, orientação sexual, condição social, obesidade, dentre outros. O que torna o estudo sobre a inclusão ainda mais profundo e necessário.

A ideia de realizar o estado da arte a partir de ementas das disciplinas dos cursos de Educação Física, disponíveis no site das melhores universidades brasileiras nos permitiu não apenas identificar o conceito de inclusão privilegiado pelo currículo destas universidades, mas também refletir sobre formas de adequação destes currículos, dentro dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, para as aulas de Educação Física.

É importante ressaltar que, para a coleta dos trabalhos, utilizamos um recorte semântico cujas unidades formais utilizadas como descritores foram:

Inclusão; Inclusão na Escola; Desenho Universal para a Aprendizagem e Educação Física Inclusiva. Nesta perspectiva, foram encontradas 53 ementas de disciplinas voltadas para a temática da inclusão, nas universidades selecionadas. Por questões de disponibilidade de conteúdo, selecionamos 20 cursos, 19 deles referentes às melhores universidades colocadas ranking Universitário Folha (2017), o vigésimo curso refere-se ao da Universidade Federal do Pará, ainda que apareça na 55ª posição do ranking, por ser esta a instituição a qual os autores desta pesquisa são vinculados.

³ Em pesquisa realizada no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, ao usarmos como descritores “Inclusão na Escola Básica”; “Inclusão na Educação Física”; e “Inclusão” encontramos, respectivamente 1.160 (mil cento e sessenta) títulos para o primeiro descritor, 1.168 (mil cento e sessenta e oito) títulos para o segundo; e 16.502 (dezesesseis mil quinhentos e dois) títulos para o último.

A escolha pela Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011), deu-se por esta tratar-se de um conjunto de técnicas de análises das comunicações que objetivam analisar as mensagens codificadas, manipulando-as no sentido de inferir as possíveis realidades presentes no contexto extralinguístico das mesmas, ou seja, aquilo que está implícito nas mensagens estudadas e que permeiam a reprodução de conceitos, discursos e comportamentos relativos à temática estudada, sendo, portanto, um estudo mais profundo que uma simples análise bibliográfica.

As mensagens analisadas neste trabalho são as ementas das disciplinas voltadas para a inclusão. A realidade inferida é a identificação do conceito de inclusão que norteia a teoria dos currículos dos cursos analisados, além de possibilitar a reflexão sobre a prática e a formação de futuros professores de Educação Física dos cursos aqui analisados.

A organização dos dados aconteceu, de acordo com Bardin (2011, p. 95), em três fases complementares: pré-análise, exploração do material encontrado (ementas das disciplinas voltadas para a inclusão), e tratamento dos resultados, inferências e interpretações sobre as mesmas.

A *pré-análise* consistiu na estruturação das ideias sobre o recorte da pesquisa, objetivando facilitar a pesquisa; a *exploração do material* consistiu em ler e selecionar as ementas das disciplinas voltadas para a Inclusão, presente no currículo de cada curso investigado; e o *tratamento dos resultados, inferências e interpretações* consistiram na análise propriamente dita, estruturada em categorias que nos permitiram chegar a um mapeamento conceitual e à análise final do currículo dos cursos investigados.

Os dados foram tratados, de acordo com Laurence Bardin (2011), garantindo, portanto, qualidades primordiais à análise de conteúdo como: *meio de exclusão mútua* – onde cada elemento só pode existir em uma categoria; *homogeneidade* – onde cada categoria é definida com base em apenas uma dimensão na análise; *pertinência* – onde cada categoria deve respeitar as intenções do investigador, aos objetivos da pesquisa, às questões norteadoras, às características da mensagem, etc.; *objetividade e fidelidade* – onde não deve haver distorções devidas à subjetividade dos analistas; e *produtividade* – onde as categorias devem resultar inferências, hipóteses novas, dados exatos. Tais qualidades nos auxiliam o trabalho de interpretação e significação de dados brutos, tornando-os válidos cientificamente.

Os estudos sobre Inclusão na Escola Básica brasileira efetivamente direcionam o debate para o ingresso, participação e autonomia de crianças e adolescentes com deficiência na escola, o que demonstra consequências da democratização do ensino, preocupado com o bem-estar e o direito de grupos politicamente minoritários.

O conceito de inclusão, porém, não pode ficar restrito a questões de acessibilidade de pessoas com deficiência à escola, muitas são as questões que podem excluir pela diferença, no ambiente escolar. O que precisa ser revisto e combatido com vigor.

Falamos, pois, de um caminho investigativo ainda novo, sem um número relevante de pesquisas voltadas para a inclusão na perspectiva do Desenho Universal da Aprendizagem. Principalmente quando pensamos o tema atrelado à Educação Física que dificilmente pensa a inclusão diferente da temática corpo e motricidade. O que podemos verificar com uma simples pesquisa sobre Educação Física e Inclusão em qualquer buscador de internet e teremos como resultado artigos, monografias, dissertações e teses voltadas para a didática do trabalho com deficientes visuais, pessoas *down*, autistas e deficientes físicos, mas a pergunta que nos salta aos olhos é: será que apenas estas categorias devem ser alvo de uma política de inclusão social e pedagógica?

Acreditamos em uma concepção de inclusão para além da deficiência ou das limitações corporais dos indivíduos. Para nós, incluir é propiciar a integração, o respeito, a equalização das diferenças físicas, ideológicas, culturais, sociais, econômicas, religiosas, sexuais, raciais, dentre tantas outras, não no sentido de normatização de uma igualdade, mas no estabelecimento da valorização das diversidades do público escolar.

Olhar a inclusão pelo olhar da diversidade, em especial na Educação Física, onde o corpo fica mais evidente, é de enorme relevância social no combate ao preconceito e à discriminação motivada tanto por características físicas, quanto por características que as extrapolam. No combate ao modelo de normalidade reproduzido pela sociedade e ratificado pela e na escola, e que condena muitos alunos à invisibilidade, ou à visibilidade cruel de ser condenado, apontado, agredido e violentado por ser considerado diferente, destoante, anormal.

Falamos, pois, de um fenômeno natural de dominação que expressa uma violência simbólica⁴, estruturado e sedimentado naturalmente, impregnado de poder que controla os recursos institucionais, o currículo escolar e a postura esperada por seus membros, resultante na reprodução de um modelo uniformizado de ações onde a obediência ao padrão corporal, gestual, sexual, comportamental e intelectual esperados e valorizados socialmente, determinam as relações e o capital cultural regente dos currículos oficial e oculto presentes na Escola Básica.

O termo **Violência simbólica** é um conceito elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, segundo o qual, atribui ao mesmo, toda forma de violência exercida pelo corpo, sem coação física, e resultante em danos morais e psicológicos sobre quem a sofre. Trata-se de uma forma de coação, onde existe o reconhecimento “naturalizado” de uma violência inculcada, culturalmente, de geração para geração, através do processo de socialização, induzindo indivíduos a se posicionarem no espaço social a que lhes é designado, a partir de critérios e padrões preestabelecidos pelo discurso dominante. A violência simbólica é fruto do reconhecimento da legitimidade do discurso dominante, exercido pelo exercício de um poder simbólico que determina quem domina e quem é dominado.

Já o termo **capital cultural** pode ser concebido como um recurso de poder pautado na legitimação de posse de informações, gostos, atividades culturais, pertencentes a uma classe ou grupo dominante (SILVA:1995, p. 24), que pode existir, segundo Bourdieu (2014), em três formas; “*no estado incorporado*”, ligado à incorporação de capital, demanda tempo e comprometimento, consciente e inconsciente, do sujeito sobre si mesmo; “*no estado objetivo*”, atrelado às relações do sujeito com o capital cultural, este incompleto, autônomo e vinculado às ações históricas, independentes da vontade do indivíduo; e “*no estado institucionalizado*”, ligado ao diploma que ao portador um determinado reconhecimento de valor e consequente poder.

Para Bourdieu, o capital cultural é reproduzido, direta e indiretamente, em diferentes espaços, a começar pela família, de acordo com o modelo comportamental, social, religioso, sexual, intelectual, etc., que a família espera que a criança siga e

⁴ Para aprofundamento no tema, ver BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001; BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 15. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2014; BOURDIEU, Pierre; ASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Petrópolis RJ: Vozes, 2014.

defina sua forma de pensar, agir, seu caráter, seus relacionamentos, aspirações e, claro, os reproduza a seus futuros herdeiros.

Busquemos, pois, entender como este sistema de dominação e inculcação influencia o currículo da formação de professores de Educação Física das melhores universidades brasileiras, segundo o ranking universitário da Folha, especialmente no que diz respeito à temática da Inclusão e sua transversalidade educacional.

Para alcançarmos nossos objetivos, estruturamos este trabalho em duas seções complementares: a primeira apresenta como a inclusão vem sendo trabalhada no currículo da Educação Física brasileira, com ênfase no entendimento do conceito que norteia as disciplinas voltadas para a inclusão na escola básica; a segunda seção, por sua vez, aborda o Desenho Universal e seus princípios norteadores para a quebra de barreiras que dificultem a inclusão e como este conceito voltou-se para a Educação. Por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre as dificuldades e limitações da aplicabilidade do conceito na prática da realidade escolar. Esperamos enriquecer o debate sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem no campo da Educação Física e inspirar novas pesquisas e propostas metodológicas voltadas para tornar a escola um ambiente verdadeiramente inclusivo.

SEÇÃO I

D ESENHOS DA INCLUSÃO NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA, NO BRASIL

Nesta seção abordaremos como a Inclusão é delimitada no currículo dos cursos de Educação Física das principais universidades brasileiras, segundo o ranking universitário da Folha (2017). Voltamos nossos esforços para o entendimento sobre o conceito de inclusão desenvolvido e o percurso teórico que rege os currículos investigados, além das lacunas presentes nas disciplinas voltadas para a Inclusão nas aulas de Educação Física.

Iniciamos nossas reflexões atentando para a seleção das universidades investigadas que ocorreu, a partir de pesquisa ao ranking universitário da Folha, realizado em 2017. A escolha pelo referido ranking, deu-se pelo fato de ser uma pesquisa anual, que acontece desde 2012, e que vem ganhando notória relevância para alunos em idade de escolha do melhor curso a seguir pós-ENEM.

No ranking Universitário da Folha são avaliados 40 (quarenta) cursos, de 195 (cento e noventa e cinco) universidades brasileiras, classificados a partir de indicadores de pesquisa, inovação, internacionalização, ensino e mercado de trabalho.

O curso de Educação Física está presente no referido ranking, do qual selecionamos as 19 (dezenove) melhores universidades de Educação Física do Brasil, acrescidas do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará, instituição a qual os autores desta pesquisa são vinculados; pois assim acreditamos chegar a um mapeamento mais fidedigno de como a inclusão é trabalhada nos cursos de Educação Física destas universidades.

A Educação Física brasileira, culturalmente associada a uma visão homogeneizadora do corpo e do ensino; voltada para a competição e para a seleção dos melhores, por muitos anos vem excluindo sistematicamente os alunos que, por alguma particularidade, não alcançavam o desempenho esperado ou destoavam do perfil físico ou comportamental valorizado pela escola e pelos professores.

Desenvolver e fortalecer física e moralmente os indivíduos era, portanto, uma das funções a serem desempenhadas pela Educação Física no sistema educacional e um dos aspectos que a identificava. Outro aspecto que a caracterizava era o seu caráter científico conferido a partir do referencial oriundo das ciências biológicas, referencial este que sustentava seu conteúdo de ensino, os métodos ginásticos, compostos de séries de exercícios elaborados a partir dos critérios rígidos próprios daquelas ciências. Esses métodos ginásticos, quando colocados em prática pelo instrutor (professor), tratavam todos os participantes das sessões de forma igual (homogênea), estereotipada, com a mesma intensidade, tendo os alunos que repetir os gestos mecânicos dele, desconsiderando as diferenças e necessidades de cada um. (CHICON, 2008. p.15).

Em sua história, a Educação Física começou a pensar a inclusão a partir dos anos 70, na perspectiva da deficiência física, quando se voltou para a psicomotricidade, com a oferta da disciplina Educação Física nas escolas especiais, direcionada para alunos com Necessidades especiais, especificamente físicas e mentais. (MUTSCHELE 1998).

A Educação Física acompanhou os debates sobre inclusão na legislação educacional brasileira e, como tal, mantém-se próxima ao conceito de inclusão ligado às deficiências físicas. A própria Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB reforça a aproximação a este conceito com o capítulo dedicado à educação especial, garantindo em lei o acesso de pessoas com deficiência ao ensino em escolas regulares.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 2017.p. 40).

Por muito tempo a psicomotricidade, advinda das descobertas da neurociência, e, ainda que repleta de divergências teóricas por seus psicomotricistas, acabou tornando-se bandeira da inclusão nas aulas de Educação Física, ocupando-se do corpo em sua globalidade, e dando progressivamente, maior importância à relação, à afetividade e ao emocional. (LUSSAC, 2008).

Ela garantiria o desenvolvimento completo dos alunos no processo de aprendizagem, estimulando os processos cognitivos, psicomotores, afetivos e de sociabilidade dos alunos, favorecendo, assim, a criação de uma nova metodologia de ensino da disciplina Educação Física, pautada na inclusão e na valorização dos indivíduos, suas características sociais e psicológicas.

Com estas novas contribuições, a psicomotricidade diferencia-se de outras disciplinas, adquirindo sua própria especificidade e autonomia. Na década de 70, diferentes autores definem a psicomotricidade como uma motricidade de relação, enquanto na mesma época, profissionais estrangeiros convidados vinham ao Brasil para a formação de profissionais brasileiros. Em 1977 é fundado o GAE, Grupo de Atividades Especializadas, que veio a promover a partir de 1980 vários encontros nacionais e latino-americanos. O 1º Encontro Nacional de Psicomotricidade foi realizado em 1979. O GAE é responsável pela parte clínica e o ISPE, Instituto Superior de Psicomotricidade e Educação, destinado à formação de profissionais em psicomotricidade, se dedica ao ensino de aplicações da psicomotricidade em áreas de saúde e educação. Em 1982, o ISPE-GAE realiza o vínculo científico-cultural com a Escola Francesa através da exclusiva Delegação Brasileira da OIPR - Organisation Internationale de Psychomotricité et de Relaxation. A SBP - Sociedade Brasileira de Psicomotricidade, entidade de caráter científico-cultural sem fins lucrativos, foi fundada em 19 de abril de 1980 com o intuito de lutar pela regulamentação da profissão, unir os profissionais da psicomotricidade e contribuir para o progresso da ciência, promovendo congressos, encontros científicos, cursos, entre outros. Começa então, a ser delimitada uma diferença entre postura reeducativa e uma terapêutica, já demonstrando diferenças em intervenções da Psicomotricidade, e que, ao despreocupar-se da técnica instrumentalista e ao ocupar-se do corpo em sua globalidade, vai dando progressivamente, maior importância à relação, à afetividade e ao emocional, acompanhando as tendências do momento por que passava. No entanto, sob o prisma do discurso da SBP, a psicomotricidade não é a soma da psicologia com a motricidade, ela tem valor em si. Para o psicomotricista, o conceito de unidade ultrapassa a ligação entre psico e soma. (LUSSAC, 2008. p. 6).

Atualmente, com a difusão do debate sobre Inclusão, acompanhamos os passos, ainda tímidos, de uma nova Educação Física, voltada para a efetivação de aulas inclusivas, ou seja, que todos os alunos participem das atividades propostas, independentes de suas características físicas ou limitações. Aulas com flexibilização de recursos e regras, de até (re)invenção de novas atividades facilitadoras da eliminação de barreiras que impeçam quaisquer alunos de vivenciarem as aulas de Educação Física. (CHICON, 2008).

Infelizmente, muito ainda precisa ser feito para alcançarmos a escola que queremos e precisamos, pois ainda encontramos professores acostumados aos moldes tradicionais de aulas de Educação Física em torno de uma bola, muitas vezes sem problematização, sem contexto, sem possibilidades de superação de desafios.

Tal prática configura-se em momentos sem utilidade alguma para a reflexão sobre como a disciplina Educação Física ou as atividades desenvolvidas nesta podem contribuir para o debate sobre a inclusão na escola, para a construção de um mundo melhor.

Em contrapartida, precisamos nos empenhar, seja como professores, seja como sociedade, para o desenvolvimento de uma Educação Física inclusiva onde

todos participem efetivamente das propostas desenvolvidas e, para isso, o professor tem um papel fundamental, deve possuir acervo teórico que o permita planejar suas aulas de acordo com especificidades de seus alunos e da turma como um todo.

Cabe à escola o dever de pensar sua logística para atender diferentes necessidades, isso inclui seus espaços, seus serviços e produtos voltados para a utilização do maior número possível de alunos. É ela, portanto, a responsável pelo suporte necessário para que o professor desenvolva suas atividades sem prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Mas cabe ao professor possuir a habilidade de tornar suas aulas e a sua prática momentos de acolhimento de diferentes identidades, desenvolvendo nelas não só habilidades psicomotoras, mas também cognitivas e afetivas.

É óbvio que nossas escolas estão longe de serem modelos de inclusão, muitas se quer oferecem um ambiente digno para seus alunos, professores e técnicos desenvolverem-se de forma satisfatória; o que desmotiva não só alunos, mas também professores, aqueles a quem a sociedade em geral atribui a responsabilidade pelo fracasso escolar dos alunos também desmotivados por uma escola que não respeita suas identidades, suas limitações, suas crenças e religiões, seus diferentes capitais culturais. É ainda mais óbvio que precisamos modificar esta realidade para podermos tornar a escola um ambiente inclusivo de fato.

Para isso, precisamos vivenciar a afetividade, a empatia, a interação direta com as diferenças e as aulas de Educação Física são excelentes espaços para alunos socializarem com os colegas, trocar experiências, refletir sobre a própria realidade, a realidade social em que estão inseridos, sobre a escola e as formas de aprendizagem a que estão subordinados e, ainda, se estimulados a tanto, sobre a Educação Física em uma perspectiva da cultura corporal. Isso, porém, demanda que, enquanto professores de Educação Física, tenhamos um bom repertório teórico ao qual podemos dispor na velocidade de nossos desafios diários no processo de ensino-aprendizagem da disciplina.

SEÇÃO II

D ESENHO UNIVERSAL PARA A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO NO CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

O termo Desenho Universal, surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos (*Universal Design (UD)*) no intuito de combater quaisquer formas de discriminação de pessoas com deficiência. Inicialmente, voltado para normatização de padrões e medidas arquitetônicas de móveis e espaços facilitadores do acesso e permanência de pessoas, de diferentes limitações físicas, psíquicas e de mobilidade, ao convívio social.

O Desenho Universal foi concebido para proporcionar acessibilidade nas áreas de arquitetura e de construção, estabelecendo modelos universais de acesso a pessoas com deficiência, como rampas de acesso e vagas específicas nos estacionamentos, por exemplo, mas não apenas para isso;

O Desenho Universal existe para que nossas cidades estejam preparadas para receber qualquer pessoa, em qualquer idade, em qualquer situação. E não apenas no que diz respeito à área arquitetônica. Você sabia, por exemplo, que as emissoras de televisão precisam disponibilizar legendas nos programas para que pessoas surdas ou com deficiência auditiva possam compreender e ter acesso ao conteúdo transmitido? E que hoje já existem softwares sintetizadores de voz que possibilitam ao cego interagir com o mundo web? E que produtos como fogões já estão sendo elaborados com inscrições em braille para que um cego possa usá-los com segurança? (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2016. p.22).

Somente em 1984, ainda nos Estados Unidos, este conceito foi atrelado à noção de aprendizagem, por ação do *Center for Applied Special Technology (CAST)*, organização sem fins lucrativos voltada para a pesquisa em educação e exploração de novas tecnologias e propostas de vivências educacionais para pessoas com deficiência (RICARDO; SAÇO; FERREIRA, 2017).

Entende-se por Desenho Inclusivo ou Universal um conjunto de preocupações, conhecimentos, metodologias e práticas que visam à concepção de espaços, produtos e serviços, utilizáveis com eficácia, segurança e conforto pelo maior número de pessoas possível, independentemente das suas capacidades. (CORREIA; CORREIA, 2005, p.29).

O Desenho Universal para a Aprendizagem foi idealizado para suprir todas as necessidades de aprendizagem dos alunos na escola. Objetiva, portanto, uma inclusão global de alunos ao ambiente escolar, pautada em um ambiente aberto e adaptável, com currículo flexível no que diz respeito aos conteúdos a serem ensinados e às necessidades educativas dos alunos.

O Desenho Universal para Aprendizagem amplia o conceito de desenho universal em dois modos básicos. Primeiro, ele aplica a ideia de flexibilidade, inerente ao currículo educacional. Segundo, ele coloca o desenho universal um passo a frente, através do apoio não apenas ao melhor acesso, a informação dentro da sala de aula, mas também melhor acesso à aprendizagem (CAST, 2011, online).

Falamos de um conceito ainda pouco explorado pela ciência educacional brasileira, o que podemos facilmente perceber no baixo número de publicações referentes ao tema, no acervo de nossas universidades e de revistas científicas dos campos da Educação e da Educação Física, o que talvez dificulte compreendê-lo em sua totalidade, o que não é motivo para não refletir sobre formas de remoção de barreiras, sejam elas físicas ou não, que impeçam nossos alunos de aprenderem e se desenvolverem em nossas aulas. O que exige de nós, professores, não apenas conhecimento teórico, mas empenho em planejar nossas aulas, projetos e planos mais acessíveis possível, de forma que permita o acesso de todos, sem exclusão, à aprendizagem e ao conhecimento.

A lógica é derrubar as barreiras que impedem alguém de participar da vida social e educacional. Um exemplo bem conhecido é a instalação de rampas de acesso em vias e prédios públicos, para servir às necessidades de idosos, cadeirantes, deficientes visuais e pessoas com dificuldade permanente ou provisória de locomoção. (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2016).

Esta ideia de inclusão foi trazida para a educação, especificamente para facilitar o ensino-aprendizagem de variados públicos ocupantes do ambiente escolar. Trata-se, portanto, de “quebrar” o currículo da escola tradicional, a aula bancária e decorativa e flexibilizar, refletir, adaptar e ressignificar o currículo e as práticas escolares de acordo com a realidade dos alunos que comungam do mesmo espaço escolar. (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017).

O Desenho Universal para Aprendizagem se materializa no cotidiano escolar através da flexibilização do currículo às necessidades individuais de alunos. O que, por sua vez, só é possível se garantida boa formação, inicial e continuada, aos professores, formação que os permita o conhecimento mínimo necessário para o trabalho com seus alunos a partir do conhecimento prévio destes, passando por suas habilidades e limitações para, então, o desenvolvimento, nos alunos de novas habilidades e potencialidades até então desconhecidas por estes.

Cabe destacar que subsidiar o processo de ensino e aprendizagem pelo desenho universal de aprendizagem é levar em conta os seguintes objetivos: proporcionar opções para a percepção, para o uso da linguagem, expressões matemáticas e símbolos, compreensão, atividade física, expressão e comunicação, funções executivas, além de propiciar o incentivo ao interesse, oferecer suporte ao esforço e a persistência e fornecer opções para a autorregulação (CAST, 2011; PRAIS; ROSA, 2014, p. 16).

Uma boa formação profissional garante aos professores a habilidade de identificar os elementos que criam barreiras educativas, sociais, culturais, etc.; elementos que dificultem a aprendizagem de seus alunos. Nesta perspectiva, o Desenho Universal para a Aprendizagem auxilia professores a fazer com que seus alunos aprendam de forma facilitada e contínua, incentivando a participação de cada aluno no processo de sua própria aprendizagem. Daí a importância de uma boa formação, daí a importância de sabermos como os cursos de Educação Física brasileiros estão trabalhando a inclusão em seus currículos, daí a importância do Desenho Universal na formação de professores.

O Desenho Universal para a Aprendizagem, portanto, é um conjunto de princípios aplicáveis ao currículo, na tentativa de proporcionar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos em igualdade de condições, realizando, assim, a inclusão de forma global, para além das questões de acessibilidade de pessoas com deficiência física, à escola. É um repensar metodológico, adaptável às respostas dadas pelos alunos aos conteúdos trabalhados no cotidiano das disciplinas, que resulta em diminuição de barreiras de aprendizagem e do fracasso escolar, já que, permite maior liberdade e confiança aos alunos para aprender e desenvolver habilidades de diferentes ordens que os preparem melhor não apenas para os desafios escolares, mas também para a vida. (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017).

No que diz respeito à deficiência física, diferente do conceito tradicional de inclusão valorizado pela legislação educacional brasileira, o Desenho Universal para a Aprendizagem trata como mais uma dentre tantas características individuais que devem ser consideradas nos planos e projetos de aula e ensino.

O Desenho Universal possibilita aos alunos participação normal nas atividades em sala de aula, no convívio com os demais, sem deixar de lado o respeito às peculiaridades dos outros alunos, transformando, assim, as aulas em espaços verdadeiramente inclusivos, no sentido ampliado de que todos se sintam pertencentes e sujeitos do processo de aprendizagem que compartilham entre si.

O Desenho Universal e a Inclusão no currículo da Educação Física no Brasil

Na sessão anterior, enfatizou-se a necessidade de pensar a inclusão em sentido ampliado, além da deficiência física, preocupada também com questões pertinentes a quaisquer fatores, internos ou externos à escola, que criem barreiras ao aprendizado e ao desenvolvimento de nossos alunos; sobre a necessidade da adoção de estratégias de ensino que atendam as mais variadas necessidades educativas de nossos alunos e sobre a importância do Desenho Universal para a Aprendizagem neste processo.

Precisamos, agora, saber como os cursos de Educação Física brasileiros desenvolvem a inclusão em seus currículos; se estão familiarizadas com o conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem e como este se materializa, se é que se materializa na formação de seus futuros professores.

Na busca de precisar se as faculdades que trabalham a inclusão o fazem de uma forma mais abrangente e realmente inclusiva, se conhecem o conceito de Desenho Universal e se o aplicam em seus referidos currículos, selecionamos dezenove das cinquenta mais bem posicionadas universidades de Educação Física do Brasil e a UFPA, para analisarmos as ementas de suas disciplinas voltadas para a temática da inclusão, não somente de pessoas com deficiência, mas também sobre inclusão relativa a questões de identidade docente, de gênero e sobre adolescências e problemas psicossociais, conforme podemos visualizar no quadro 01.

Quadro 01: As 50 mais bem posicionadas Universidades de Educação Física do Brasil e a UFPA.

POSICÃO NO PAÍS	NOME DA INSTITUIÇÃO	UF	PÚBLICA/PRIVADA
1º	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	SP	Pública
2º	Universidade de São Paulo (USP)	SP	Pública
3º	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Pública
4º	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	SP	Pública
5º	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	Pública
6º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	Pública

7º	Universidade de Brasília (UNB)	DF	Pública
8º	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	Pública
9º	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	SP	Pública
10º	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	Pública
11º	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	Pública
12º	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	Pública
13º	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	PR	Pública
14º	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	Pública
15º	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	MG	Pública
16º	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	Pública
17º	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	PR	Pública
18º	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES	Pública
19º	Centro Universitário Das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)	SP	Privada
20º	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	RS	Privada
21º	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	SP	Pública
22º	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	MG	Pública
23º	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	SC	Pública
24º	Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)	SP	Privada
25º	Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	Pública
26º	Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	SP	Privada
27º	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	RS	Pública
28º	Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	Pública
29º	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	SP	Privada
30º	Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	BA	Pública
31º	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	MG	Pública
32º	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	Pública
33º	Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO	Pública
34º	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	MA	Pública

35º	Universidade Paulista (UNIP)	SP	Privada
36º	Universidade de Pernambuco (UPE)	PE	Pública
37º	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	PI	Pública
38º	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	MG	Pública
39º	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	MG	Pública
40º	Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE)	SP	Privada
41º	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	MT	Pública
42º	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS)	MG	Privada
43º	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	PA	Pública
44º	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)	RS	Privada
45º	Universidade Católica de Brasília (UCB)	DF	Privada
46º	Universidade Estácio de Sá (UNESA)	RJ	Privada
47º	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	RJ	Pública
48º	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	AL	Pública
49º	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB	Pública
50º	Universidade do Vale do Rio Dos Sinos (UNISINOS)	RS	Privada
55º	Universidade Federal do Pará (UFPA)	PA	Pública

Fonte: ranking Universitário Folha (2017).

Analizamos as ementas das disciplinas ofertadas por 20 cursos de Educação Física brasileiros (os 19 melhores colocados entre no Ranking acrescidos do curso da UFPA, que ocupa o 55º lugar). A partir da leitura das ementas podemos entender o conceito de inclusão presente no currículo dos cursos analisados e como este se materializa na formação de futuros professores de Educação Física Brasil a fora.

Em nossa análise relacionamos os dados obtidos nas ementas coletadas ao conceito e aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, ou seja, podemos visualizar se estas disciplinas estão realmente voltadas para derrubar as barreiras que impedem a oferta da inclusão e da oferta de condições de aprendizado para todos, sem exceção; logo, para a eliminação de barreiras metodológicas nos contextos de aprendizagem em todos os espaços da escola básica brasileira. A seguir,

o quadro 02 apresenta as ementas das disciplinas ofertadas no curso de Educação Física das Universidades aqui selecionadas

Quadro 02 – A Inclusão como disciplina nas ementas das 20 melhores Faculdades de Educação Física do país, segundo o *ranking* da Folha de São Paulo

POSIÇÃO NO PAÍS	NOME DA INSTITUIÇÃO	UF	DISCIPLINAS	EMENTAS	TEM RELAÇÃO COM O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM
1°	<i>Universidade Estadual de Campinas (UNICAM)</i>	SP	Educação física adaptada	Estudo dos conceitos da Educação Física Adaptada. Fundamentos e características das deficiências sensoriais, físicas e cognitivas. Considerações históricas e sociais.	NÃO
			Libras e educação de surdos	Conhecimentos teórico-práticos introdutórios de Libras e dos parâmetros que a caracterizam como língua; constituição do sujeito surdo pela Libras; história da educação e as organizações dos movimentos políticos dos surdos; comunidades surdas e suas produções culturais; abordagens educacionais no ensino da pessoa surda; projetos de educação bilíngue; leis de acessibilidade e de garantia à educação.	NÃO
			Educação física escolar especial	Estudo das concepções e procedimentos pedagógicos da Educação Física relacionado à Educação Física Escolar Especial.	NÃO
2°	<i>Universidade de São Paulo (USP)</i>	SP	Educação Especial, Educação de Surdos, Língua Brasileira de Sinais	- Discutir os conceitos de estigma e preconceito, diferença e deficiência, educação especial e educação inclusiva - O público-alvo da educação especial - Educação de surdos: contexto histórico e político - Estudo prático da Libras	NÃO
			Educação Física Escolar Adaptada I	Apresentação e análise do escopo de educação física adaptada, que envolve a participação de pessoas portadoras de necessidades especiais no componente curricular de educação física. Definição de população que apresenta necessidades especiais. Terminologia e classificação dos diferentes tipos de deficiências e/ou limitações. Conceituação e características anátomo-fisio-psico-neurológicas de deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiências físicas, gravidez, distúrbios de saúde e distúrbios emocionais. Conhecimento das fontes de informação sobre educação física e portadores de necessidades especiais para contínua atualização profissional.	NÃO
			Educação Física Escolar Adaptada II	Apresentação e análise de aspectos relacionados ao domínio psicomotor de pessoas que apresentam necessidades especiais (deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiência física, gravidez, distúrbios de saúde, e distúrbios emocionais), com ênfase em	NÃO

				desenvolvimento motor, aprendizagem motora, e controle motor. Contextos em que a educação física adaptada pode ser desenvolvida e formas de participação, integrada ou não. Objetivos, metas, tipos de atividades, ambientes e materiais apropriados, relacionados com o desenvolvimento de programas de educação física adaptada.	
3°	<i>Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</i>	MG	Teoria da atividade física adaptada	Atividade Física Adaptada: teorias e conceitos; afecções da saúde e de funcionalidade; paradigmas (adaptação, organização de serviços, inclusão, ecossistema e equidade); âmbitos de atuação (escolar, esportivo, recreacional e de reabilitação); realidade nacional e internacional.	NÃO
			Fundamentos de libras	Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.	NÃO
6°	<i>Universidade federal do Rio Grande do Sul UFRGS</i>	RS	Língua Brasileira de Sinais (libras)	Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas. Ensino básico da LIBRAS. Políticas linguísticas e educacionais para surdos.	NÃO
			Fundamentos da Educação Física Especial	Aborda o ensino da educação física para pessoas com deficiências. Discute estratégias de ensino coerentes com as especificidades de cada deficiência. Propõe a elaboração e aplicação de planos de ensino de educação física em turmas com inclusão no ensino básico e em escolas especiais.	NÃO
			Intervenção pedagógica e necessidades educativas especiais (eletiva)	A disciplina visa à reflexão crítica de questões ético-político-educacionais da ação docente quanto à integração/inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais. Analisa a evolução conceitual, na área da educação especial, assim como as mudanças paradigmáticas e as propostas de intervenção. Discute as atuais tendências, considerando a relação entre a prática pedagógica e a pesquisa em âmbito educacional.	NÃO
			Ensino e identidade docente (eletiva)	Disciplina que visa criar condições para os alunos analisarem/articularem os saberes, os poderes, o saber-poder, as competências e as habilidades a partir de questões de raça/etnia, gênero, geração e outros marcadores sociais que perpassam a constituição das identidades docente e discente.	NÃO

			Práticas corporais de saúde mental (eletiva)	Aborda a organização da política de saúde mental no Brasil considerando a perspectiva de desinstitucionalização, a organização dos Centros de Atenção Psicossocial e a constituição de redes de articulação com a rede de atenção básica. Discute a potencialidade das práticas corporais como ferramenta terapêutica em serviços de saúde mental. Instiga o uso das práticas corporais como prática de cuidado de sujeitos portadores de sofrimento psíquico e usuários de álcool e outras drogas.	NÃO
8°	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	Introdução ao Estudo da Língua Brasileira de Sinais – Libras	Debate em torno de estudos na perspectiva cultural e deáscia dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Constituição do sujeito surdo. Noções básicas da língua de sinais brasileira: teoria e prática. Escrita de Sinais. Atividades de base para a aprendizagem de língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionadas ao trabalho docente, à sala de aula.	NÃO
			Intervenções Pedagógicas e Necessidades Especiais	(Unidade Didática) Caracterização das diferentes necessidades especiais: cognitivas, motoras e sensoriais. Ações e intervenções educativas para pessoas com necessidades especiais. Atividade física com idosos e gestantes. Acessibilidade e inclusão.	NÃO
9°	Universidade federal de São Carlos (UFSCAR)	SC	Educação física adaptada	Abordagem da educação física e esportes adaptados a pessoas com deficiências sensoriais, físicas e mentais sob as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, priorizando a inclusão destas no contexto escolar.	NÃO
			Introdução a Língua Brás. de Sinais –LIBRAS	Surdez e linguagem; - papel social da língua brasileira de sinais (libras); - libras no contexto da educação inclusiva bilíngue;- parâmetros formacionais dos sinais, uso do espaço, relações pronominais, verbos direcionais e de negação, classificadores e expressões faciais em libras; - ensino prático da Libras.	NÃO
			Adolescência e problemas psicossociais	1. Adolescência 2. Pobreza e comportamento 3. Comportamento sexual 4. O indivíduo excepcional 5. Trabalho 6. Violência e delinquência 7. A questão das drogas Detalhamento da Ementa: Unidade de Revisão: abordagem básica do desenvolvimento humano- Psicologia (definição, objetivo e abrangência)-Teorias e tendências do desenvolvimento 1) Adolescência 1.1) Infância 1.2) Desenvolvimento puberalconceituação de adolescência- fatores que desencadeiam mudanças- desenvolvimento afetivo-sexual (doenças sexualmente transmissíveis, homossexualidade, gravidez)- mudanças de emoções e atitudes 1.3) Dinâmica do comportamento adolescentenecessidades, desejos e fantasias- maturação cognitiva-interesses e preocupações (aparência, autoregulação, vocação, criatividade, recreação, comunicação) 1.4)	NÃO

				Reorganização da personalidade e padrões de ajustamento-valores-relacionamento (amizades, grupos, namoro, família)-conflitos e problemas-identidade adolescente e padrões da vida adulta 2. Pobreza e comportamento 2.1. O meio cultural 2.2. Facilitação e inibição cultural na adolescência 3. Violência e delinquência 3.1. O ambiente 3.2. Os grupos 3.3. A questão das drogas- Discussão ampla- Reflexões 4. Trabalho 4.1. Identidade e escolha vocacional 4.2. Vocação e necessidade de trabalho 4.3. A busca de identidade e idealismo 5. O adolescente desviante/especial 5.1. Conceituação 5.2. Caracterização Deficiência física- Deficiência sensorial- Deficiência mental- Problemas de aprendizagem Distúrbios psicológicos.	
			Introdução à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS II (ELETIVA)	Surdez e linguagem; - Papel social da língua brasileira de sinais (libras); - Libras no contexto da educação inclusiva bilíngue; - Parâmetros formacionais dos sinais, uso do espaço, relações pronominais, verbos direcionais e de negação, classificadores e expressões faciais em libras; - Ensino prático da libras.	NÃO
10°	Universidade de Santa Catarina (UFSC)	SC	Educação Física Adaptada	Caracterização das pessoas com necessidades especiais. Atividades físicas e as deficiências: deficiências mentais, deficiências físicas e deficiências sensoriais. Processos inclusivos e metodologias da atividade motora adaptada. Prática pedagógica sob a orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida e experiências de ensino.	NÃO
			Teoria e Metodologia dos Esportes Adaptados	Histórico e evolução dos esportes adaptados: caracterização, aplicação, regulamentação e benefícios aos participantes. Contribuições no processo de inclusão das pessoas com deficiência nos vários setores da sociedade. Elementos básicos e aspectos metodológicos do ensino dos esportes adaptados. Prática pedagógica, sob orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino.	NÃO
			Tópicos Avançados em Atividade Motora Adaptada	Metodologia de avaliação em atividade motora adaptada. Jogos e adaptações: metodologia e aplicação. Prática pedagógica, sob orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida e experiências de ensino.	NÃO
			Gênero na Educação Física	Estereótipos e socialização nas relações de gênero na cultura. Teorias de gênero e a investigação na Educação Física: masculinidade e feminilidade nas culturas de movimento. Educação Física e coeducação. Bibliografia Básica: Goellner, S.V. Bela,	NÃO

12°	<i>Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)</i>	PE	Educação física escolar para pessoas com deficiência 1	Caracterização das deficiências no âmbito da Educação Física. Importância da Educação Física para essa população. Aspectos teórico-metodológicos na adaptação de atividades motoras orientadas para pessoas com deficiência. Educação Física e inclusão. Elaboração e organização de experiências pedagógicas no âmbito do ensino formal. Conhecer as fontes de informação sobre o tema e preocupar-se com a contínua atualização profissional.	NÃO
			Língua Brasileira de Sinais	Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual).	NÃO
			Educação física escolar para pessoas com deficiência 2 (Eletiva)	Análise de novas referenciais teórico-metodológicos na realização de atividades corporais para pessoas com deficiência. Educação Física e inclusão. Elaboração e organização de projetos de ação docente no ensino formal. A deficiência no contexto das manifestações esportivas formais. Conhecer as fontes de informação sobre o tema e preocupar-se com a contínua atualização profissional.	NÃO
13°	<i>Universidade Estadual de Londrina (UEL)</i>	PR	Educação Física e Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais I	História da educação e das políticas educacionais voltadas para pessoas com necessidades educacionais especiais. Educação Física no processo educacional de alunos com necessidades educacionais especiais. Estereótipos, preconceitos e deficiência.	NÃO
			Educação física e pessoas com necessidades educacionais especiais II	Implicações da presença de alunos com altas habilidades, condutas típicas e deficiências em programas de Educação Física escolar. Elaboração, implementação e avaliação de programas de Educação Física com vistas ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.	NÃO
			Língua Brasileira de Sinais – Libras	A disciplina consta na grade, mas a Ementa não está disponível	NÃO
14°	<i>Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</i>	RN	Educação física inclusiva	Princípios e fundamentos para o desenvolvimento da educação física como forma de inclusão social e de desenvolvimento da cidadania.	NÃO
			Língua Brasileira De Sinais – LIBRAS	Conteúdos gerais para a comunicação básica com surdos utilizando a língua da modalidade visual e gestual da Comunidade Surda, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), voltados para a prática docente na escola. Aspectos históricos, culturais do sujeito surdo e seus reflexos na atuação do professor. Legislação relacionada às especificidades do sujeito surdo e à sua escolarização.	NÃO

15°	<i>Universidade Federal de Viçosa (UFV)</i>	MG	Introdução à Educação Física Adaptada	Estudo da Educação Física Adaptada. Aspectos históricos sociais e culturais e a inclusão. As deficiências e seus conceitos, características, causas e classificações. Cuidados, recomendações e orientações metodológicas para as deficiências auditiva, física, intelectual, visual e múltipla. Diferentes modalidades de atividades motoras adaptadas.	NÃO
			Prática Pedagógica IX – Educação Física Adaptada	Desenvolvimento, sob orientação, de prática pedagógica dos conteúdos estudados em “Introdução à Educação Física Adaptada”	NÃO
			LIBRAS Língua Brasileira de Sinais.	O sujeito surdo. Noções linguísticas de libras. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação dos surdos. Teoria da tradução e interpretação. Introdução às técnicas de tradução em Libras/Português. Introdução às técnicas de tradução em Português/Libras. Noções básicas da língua de sinais brasileira.	NÃO
17°	<i>Universidade Estadual de Maringá (UEM)</i>	PR	Educação Física Adaptada	Estudos das teorias e métodos que abordam diferentes alterações no corpo humano relacionado à deficiência física, sensorial e psicomotora tendo como objeto as ações pedagógicas na educação física.	NÃO
			Introdução à Libras – Língua Brasileira de Sinais	Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar na educação básica.	NÃO
18°	<i>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)</i>	ES	Educação e inclusão	Diferentes abordagens sobre Educação e diversidade. Perspectivas histórico-culturais e psicossociais. Legislação e políticas públicas em educação especial no Brasil e no Espírito Santo; os sujeitos da educação. O cotidiano educacional, o contexto escolar, a diversidade e a escola inclusiva.	NÃO
			Educação física, adaptação e inclusão	A questão da Educação Física para alunos com necessidades especiais. Conhecimento das deficiências, características e possibilidades de intervenção. Estudo dos métodos e técnicas aplicadas e de situações que exigem adaptações. Problemática das situações de inclusão/exclusão nas aulas de Educação Física	NÃO
			ATIF Experiência de ensino em temáticas transversais	Estuda e problematiza o conhecimento construído na e pela experiência de aprender a “ser professor” a partir de temáticas sociais da diversidade humana (orientação sexual, relações de gênero, relações etnicorracias, condição da pessoa com deficiência, uso de drogas, meio ambiente, trabalho e consumo e ética) na interface com as práticas pedagógicas da Educação Física em todos os níveis da Educação Básica.	NÃO

			Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais	língua de sinais. A representação social dos surdos. A cultura surda. A identidade surda. Sinais básicos na conversação.	NÃO
19°	<i>Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)</i>	SP	Educação inclusiva	Discute os aspectos pertinentes aos dilemas propostos pela legislação no que concerne à inclusão social, enfatizando os desafios para a constituição de uma escola inclusiva. Trata da complexidade social e as consequências do direito de aprender nos campos didático, pedagógico e educacional. Explora a fundamentação teórica e prática para a ação educativa direcionada a deficiências.	NÃO
			Libras	Introdução à comunicação básica em Língua Brasileira de Sinais (Libras); Legislação referente a Libras; Introdução aos aspectos teóricos e parâmetros gramaticais da Libras; A filosofia bilíngue na educação de surdos; Introdução ao processo de formação da identidade, comunidade e cultura surda.	NÃO
23°	<i>Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)</i>	SC	Língua Brasileira de Sinais Aspectos da língua de Sinais e sua importância	Cultura e história. Identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa.	NÃO
			Educação Física Adaptada Conceituação e objetivos da Educação Física Adaptada.	Recursos materiais e humanos. Causas da deficiência. Caracterização. Recursos educacionais. Processos inclusivos no contexto da educação física escolar. Implementação de equipamentos e espaço físico.	NÃO
27°	<i>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)</i>	RS	Educação física adaptada	Conhecer os aspectos relacionados ao processo inclusivo na escola. Caracterização da pessoa com deficiência, introdução à educação física adaptada, integração da pessoa com deficiência na sociedade. Aspectos metodológicos educação física adaptada.	NÃO
			Língua Brasileira de Sinais I (Libras I)	Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.	NÃO
30°	<i>Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)</i>	BA	Educação física adaptada	Conceituação da Educação Física Adaptada. A sociedade e o portador de “deficiência”. A Legislação e o portador de “deficiência”. A prática da atividade física e do esporte individual e coletivo para o portador de deficiência. Atuação do professor de Educação Física no mercado de trabalho.	NÃO

33°	<i>Universidade Federal de Goiás (UFG)</i>	GO	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	Estudo sobre a realidade da educação de surdos e as políticas de inclusão e exclusão social e educacional no Brasil. Fundamentos básicos das línguas de sinais, priorizando a língua brasileira, suas influências culturais e regionais. Estudo da modalidade visual-espacial da Língua Brasileira de Sinais, da sua estrutura gramatical e dos parâmetros de formação dos sinais: configuração de mãos, ponto de articulação, movimentos, expressões facial/corporal, orientação/direção e suas convenções.	NÃO
			Metodologia de ensino e pesquisa em educação física adaptada	Estudo introdutório das deficiências do ponto de vista histórico-social. Características das deficiências mais comuns presentes nos ambientes escolares. Aspectos teórico-metodológicos da Educação Física adaptada e a inclusão escolar. Estudo crítico de problemáticas que envolvem Educação Física, inclusão e exclusão. Análise de métodos de ensino e pesquisa em Educação Física Adaptada.	NÃO
38°	<i>Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)</i>	MG	Educação física adaptada	Estudo dos conceitos da Educação Física Adaptada. Fundamentos e Características das deficiências sensoriais, físicas e cognitivas. Estudo das modalidades esportivas adaptadas (histórico e características).	NÃO
55°	Universidade Federal do Pará (UFPA)	PA	Fundamentos da Educação Física Inclusiva	Fundamentos teóricos da educação inclusiva. Características conceituais da educação inclusiva. Histórico da inclusão na educação brasileira. Reflexões sobre a prática da educação inclusiva. Orientações metodológicas para o trabalho inclusivo de pessoas com necessidades educativas especiais.	NÃO
			Educação Física Adaptada	A história e a questão institucional das deficiências: escolar ou clínica. A interdisciplinaridade no trabalho com pessoas portadoras de deficiência. Fundamentos neuro-anatomo-fisiológicos das deficiências, suas características e possibilidades de intervenção. Estudo de métodos e técnicas aplicadas a grupos diferenciados. Avaliação, programação e controle de atividades físicas e esportiva para portadores de deficiências.	NÃO
			Libras	Histórico da Língua de Sinais – Libras. Língua de Sinais, Letramento e identidade. A Libras como fator de inclusão social da pessoa surda. A Libras no contexto da legislação educacional. O conhecimento básico de Libras para a intervenção do professor de Educação Física.	NÃO

Fonte: Produzido pelo autor, a partir de consulta aos sites das universidades investigadas. 2018.

Como podemos visualizar, o quadro 02 nos apresenta as ementas das disciplinas de vinte universidades brasileiras, coletadas *on line*, no site das referidas instituições, no intuito de compreender como a inclusão é trabalhada no currículo dos cursos de Educação Física ofertado por estas universidades. Usamos como base de dados o Ranking Universitário da Folha de São Paulo (2017), respeitando-se a ordem de classificação das universidades, porém, apenas constam no quadro 02 as disciplinas que disponibilizam publicamente as ementas destas no site das referidas instituições.

A leitura das ementas das disciplinas voltadas para a inclusão, ofertadas nos cursos de Educação Física das universidades investigadas, nos permite desenhar um perfil de como as faculdades destacadas entendem a temática da Inclusão para a educação na Escola Básica, em todas as suas necessidades e diversidades, além de favorecerem, também, o entendimento de como a inclusão é problematizada no currículo da formação de professores de Educação Física em nosso país.

Dentre as disciplinas mais ofertadas nos referidos cursos estão: *Educação Física Adaptada* (18 faculdades), *Libras* (16 faculdades) e *Educação Física Especial* (08 faculdades), diferindo em alguns aspectos de uma faculdade para outra, mas voltadas para atender alunos com necessidades especiais de saúde, mobilidade e cognitivas. Estas disciplinas nos fazem refletir se a Inclusão proposta pelo currículo dos referidos cursos é entendida em sua plenitude ou se apenas como a obrigatoriedade de inserção de alunos em salas de aula ditas normais, como forma de diminuição de desigualdades e preconceito social contra pessoas com deficiências físicas.

É importante salientar que a inclusão vai além da inserção e só se realiza de fato com o acesso e permanência, em todos os espaços sociais, daquelas pessoas consideradas diferentes, seja por questões fisiológicas e cognitivas, seja por questões de ordem social, econômica, cultural, religiosa, racial, sexual, etc.

Por esta razão, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) motivou o estabelecimento de normas, princípios e ações afirmativas que vão além da adaptação curricular, visam uma reestruturação do próprio ensino e das formas de aprender e ensinar, de modo que promova educação de qualidade efetivamente para todos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), por exemplo, apresenta direcionamentos para o ensino em classes inclusivas, através de

ações diferenciadas que auxiliem a construção de um Projeto Político Pedagógico favorável à adaptação, inclusão e permanência, nas escolas, de alunos com deficiência.

Esta lei também prevê a obrigatoriedade do poder público de garantir o Desenho Universal como regra de caráter geral e, nas hipóteses em que este não seja possível de ser garantido, que seja adotada adaptação razoável, inclusive na educação, pela oferta de formação inicial e continuada de professores, voltada para a inclusão, flexibilização curricular, etc., em todos os níveis de educação.

Art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.

(...)

§3 Caberá ao poder público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior e na formação das carreiras de Estado. (BRASIL, 2015).

A inclusão, no entanto, não pode ser entendida apenas pela ótica da deficiência, pois, algumas deficiências nem sempre são entendidas e/ou reconhecidas com facilidade, mas nem por isso deixam de afetar a capacidade de nossos alunos de ver, ouvir, movimentar-se, entender e refletir da mesma forma que os demais (VARGAS; NETO, 2014).

Seguindo esta lógica, algumas faculdades ofertam disciplinas sobre a temática da inclusão numa perspectiva mais abrangente e democrática, porém, ainda com tímidas aproximações aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem. São elas: *Intervenção pedagógica e Necessidades Educativas Especiais (UFGS)*; *Ensino e Identidade Docente (UFGS)*; *Práticas Corporais de Saúde mental (UFGS)*; *Intenções Pedagógicas e Necessidades Especiais (UFPR)*; *Adolescência e Problemas Psicossociais (UFSCAR)*; *Gênero da Educação Física (UFSC)*; *Educação Física e Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais I (UEL)*; *Educação Física Inclusiva (UFRN)*; *Educação e Inclusão (UFES)*; *Educação física, adaptação e Inclusão (UFES)*; *ATIF – Experiência de Ensino em Temática Transversal (UFES)*; e *Educação Inclusiva (FMU)*. Porém, ainda em perspectiva de uma inclusão restrita a pequenos grupos e não ao conjunto de diversidades possíveis na diversidade da sala de aula.

As demais disciplinas estão voltadas para o trabalho de garantia à acessibilidade de pessoas com deficiências às aulas de Educação Física, o que nos permite afirmar que o conceito de inclusão adotado pelo currículo destas universidades ainda está ligado a questões relativas a limitações de motricidade humana.

Não negamos a importância de incluir pessoas com deficiências na escola e de garantir a estes a devida permanência no ambiente escolar com equidade e qualidade, porém, não podemos deixar de ressaltar que a inclusão precisa ser vista e reconhecida como um “conteúdo” muito mais amplo, que não pode ser restringido à limitações físicas, e transversal, no sentido de ser trabalhado em todos os espaços da escola e da sociedade como um todo.

Ainda que saibamos que a inclusão não pode ser garantida pela ação exclusiva de professores, não negamos que estas disciplinas possam auxiliar a formação de professores atentos às demandas das diversidades de alunos da escola básica brasileira, logo, a formação de uma cultura de inclusão que inicia na escola e ganha a sociedade, devolvendo a cidadania aos alunos que se sentem e estão à margem do que se considera “normalidade”.

Uma característica importante das ementas das disciplinas voltadas para a inclusão, ofertadas nas universidades é que nenhuma cita diretamente o termo “Desenho Universal para Aprendizagem” como mote de suas atividades metodológicas, o que nos permite pensar que tal conceito ainda é desconhecido nos cursos analisados. Algumas ementas, no entanto, apresentam discretas aproximações aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, o que, por sua vez, nos revela falta de comunicação entre cursos, já que o avanço dos debates modernos sobre Inclusão e sobre metodologias de ensino da própria Educação Física não chegam ao mesmo tempo para todos cursos analisados.

Infere-se deste quadro que as universidades analisadas ainda abordam a inclusão pela ótica da deficiência física. O resultado desta abordagem é a formação de professores que entendem a inclusão de forma limitada ao desenvolvimento de princípios voltados para ofertar maiores oportunidades a diferentes alunos, portadores de necessidades especiais ou não. Logo, a formação de seus professores também é limitada, o que prejudica diretamente o trabalho no cotidiano escolar com a diversidade de aluno com a qual estes professores se depararão no exercício de suas funções.

Daí a importância de incluirmos ao conceito de inclusão, trabalhado nestas universidades, os princípios que regem o conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem, que relacionam-se aos aspectos emocionais e fisiológicos das pessoas; respeitando as experiências individuais e oportunidades ao conhecimento; relações emotivas e sociabilidades; significação do conhecimento; empoderamento; e superação de limitações pessoais dos indivíduos. Visando, assim, uma formação ampliada de professores, voltados para o desenvolvimento de metodologias para derrubar as barreiras que impossibilitam a aprendizagem de seus alunos e que auxilie professores, técnicos, educadores e comunidade escolar como um todo a adotarem métodos eficientes que facilitem a evolução educacional dos alunos. Uma inclusão de fato, que vá além de uma simples adaptação, e seja capaz de reestruturar a própria forma de ensinar e aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas palavras finais pretendem não apenas retomar algumas questões relevantes deste trabalho, como a importância do conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem, mas também sua importância enquanto instrumento de reflexão para futuras pesquisas sobre a inclusão na Educação Física, na perspectiva do Desenho Universal e sobre sua função de derrubar barreiras para incluir.

Para nós, esta pesquisa teve a importância de ampliar nosso conhecimento sobre a inclusão na escola, em especial nas aulas de Educação Física, em como pensar a disciplina de forma mais completa, mais democrática, mais diversa; em repensar nossa própria formação, identificando as limitações curriculares de nossa formação.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa nos deparamos com a indisponibilidade das ementas de disciplinas de alguns cursos analisados; o que limita a análise final sobre como estas disciplinas estão relacionadas, ou não, ao Desenho Universal para a Aprendizagem. Uma alternativa para melhor visualizar a realidade das disciplinas analisadas seria a visualização dos planos de ensino destas, porém, não encontramos nenhum plano de ensino disponível no site das universidades selecionadas.

De maneira geral, podemos afirmar que, ainda que os cursos analisados percebam a inclusão pela ótica da acessibilidade, a maioria das disciplinas ofertada, nos vinte cursos de Educação Física brasileiros, constantes no universo desta pesquisa, não desenvolvem a inclusão na perspectiva literal do Desenho Universal.

É necessário, porém, enfatizar que alguns cursos apresentam breve aproximação com este conceito, ou seja, ofertam disciplinas voltadas à tentativa de quebrar barreiras, não necessariamente físicas, que impeçam alunos de se sentirem incluídos na escola. Estas disciplinas, ainda que pensadas majoritariamente para o atendimento de alunos com variadas deficiências, também envolvem questões sociais, como *gravidez na adolescência, distúrbios de saúde e distúrbios emocionais* (USP); *questões de raça/etnia, gênero, geração e outros marcadores sociais que perpassam a constituição das identidades docente e discente* (UFRGS); *adolescência, proeza e comportamento, comportamento sexual, violência e delinquência, drogas, escolha vocacional, dentre outros* (UFSCAR); *masculinidade e feminilidade nas culturas de movimento* (UFSC).

Vimos que o Desenho Universal é um conceito originalmente do campo da arquitetura, criado para a normatização de espaços e mobiliários para atender e facilitar o acesso e permanência de pessoas com deficiências à vida em sociedade. Vimos também que este conceito, ainda que adaptado à educação, permanece pouco debatido no Brasil, especificamente no campo da Educação Física. O que ratifica a importância desta pesquisa e de outras futuras com enfoque neste objeto.

Atentamos para a necessidade de refletir sobre a temática da inclusão na escola básica brasileira para além das deficiências físicas. Já que, não esqueçamos, tratar-se a escola de um espaço reprodutor de hierarquias, que pouco reflete sobre seus alunos, suas necessidades, suas identidades, suas sociabilidades, muito menos consegue, em sua totalidade, atender as necessidades educativas básicas de seus alunos. (RODRIGUES, 2017).

Diante deste fato, a aplicabilidade do Desenho Universal para a Aprendizagem na escola, não somente na estrutura física de seus espaços, mas nos conteúdos, nos planos de ensino, no Projeto Político Pedagógico, na atuação docente, contribui para a reflexão de questões sociais que também causam dor e resultam em exclusão de alunos considerados diferentes.

Neste sentido, compreende-se a necessidade de estudarmos mais de perto o Desenho Universal para a aprendizagem, principalmente formas de sua aplicação no currículo escolar, na formação de professores e na atuação destes em sala de aula, para prepará-los para a atuação eficiente com a diversidade de alunos constantes em suas salas de aula. Fazendo com que todos participem, todos caminhem juntos no percurso educativo, todos se sintam incluídos ao processo de ensino aprendizagem ao qual também são sujeitos atuantes.

Acreditamos na importância das pesquisas voltadas para o debate da inclusão na Escola Básica, mais ainda no campo da Educação Física que, a exemplo das ementas analisadas, salvo exceções, ainda concebe a inclusão pela ótica da acessibilidade de pessoas com deficiência à escola, quando, na verdade, a inclusão vai além das deficiências físicas. Deve pautar-se na luta contra o preconceito, permitindo acesso e atuação de todos os indivíduos no processo de descoberta de suas potencialidades e limitações, sob a orientação do professor e com auxílio de recursos adaptados às suas necessidades individuais.

Quando falamos em recursos, não nos detemos apenas em recursos tecnológicos, mas a todo recurso que facilite a convivência dos alunos ao meio

sociocultural onde desenvolvem suas sociabilidades, favorecendo condições a estes de desenvolverem suas individualidades e suas identidades de forma consciente e empoderada, e valorizando-os enquanto sujeitos históricos que são, em busca de reconhecimento e aceitação social.

Por fim, enfatizamos a importância do Desenho Universal na aprendizagem dos conteúdos da Educação Física, derrubando barreiras que impeçam alunos de aprender, de interagir com outros alunos, de construir conhecimentos, construir identidades, sociabilidades, de se sentirem pertencentes ao espaço escolar.

Como sugestão, enfatizamos a necessidade de reestruturação dos currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física brasileiros, no sentido de fomentar uma formação de professores, tanto inicial como continuada, voltada para o enfrentamento dos preconceitos no ambiente escolar, que valorize as diversidades presente na diversidade de alunos matriculados nas escolas brasileiras, que possibilite a transformação da atuação docente e que permita envolvimento e comprometimento dos professores com a Inclusão, e também com a formação escolar e social de seus alunos.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, et. al. **Breve Histórico da Educação Inclusiva e Algumas Políticas de Inclusão**: um olhar para as escolas em Juiz de Fora. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. Curso de Pedagogia - N. 16, JAN/JUL 2014. Disponível em: <<<http://re.granbery.edu.br/artigos/NDk5.pdf>>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. 2015. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 31 p.

BOURDIEU, Pierre; ASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Petrópolis RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal**: um conceito para todos. Brasília: Mara Gabrilli, 2016. Disponível em: <<http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

CAST. **Design for Learning Guidelines** – Desenho Universal para a aprendizagem. APA Citation: CAST, 2011. (Universal version 2.0. - www.cast.org / www.udlcenter.org – tradução). Disponível em: <<http://udlcenter.org/sites/udlcenter.org/files/guidelines_2.0_Portuguese.pdf>>. Acesso em: 29 outubro. 2018.

CORREIA, S.; CORREIA, P. Acessibilidade e desenho universal. In: CORREIA, S.; CORREIA, P. **Educação Especial** - Diferenciação do Conceito à Prática. Porto: Gailivro, 2005. (Encontro Internacional). p. 29–50.

CHICON, José Francisco. **Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar**. Revista Movimento. Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, janeiro/abril de 2008. Disponível em: << <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/3760/2123>>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto. **Psicomotricidade**: história, desenvolvimento, conceitos, definições e intervenção profissional. Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - N° 126 - Noviembre de 2008. Disponível em:<<<http://www.efdeportes.com/efd126/psicomotricidade-historia-e-intervencao-profissional.htm>>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

MUTSCHELE, M. S. **Como desenvolver a psicomotricidade**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de; ORLEANS, Luis Fernando. **A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar**. Disponível em: << <http://r1.ufrj.br/im/oeies/wp-content/uploads/2018/03/PLETSCH-FAISSAL-E-ORLEANS.pdf>>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.

PRAIS ,Jacqueline Lidiane de Souza; Rosa, Vanderley da Flor. **Organização da atividade de ensino a partir do desenho universal de aprendizagem**: das intenções às práticas inclusivas. Polyphonía v. 25/2, jul./dez. 2014. Disponível em: Acesso em: 29 de outubro de 2018.

RICARDO ,Débora Cristina; SAÇO, Livia Fabiana; FERREIRA, Eliana Lúcia. **O Desenho Universal na Educação**: novos olhares diante da inclusão do ser deficiente. – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. esp. 2, p. 1524-1538, ago./2017. DISPONÍVEL EM: << <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.esp.2.10083>. Aceso em: 29 de outubro de 2018).

RODRIGUES, Anderson Patrick. **Sociabilidades Adolescentes na Escola Básica**: um estudo sobre teses e dissertações defendidas nos cursos de pós-graduação do Brasil entre 2004 e 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017. Programa de Pós-graduação em Educação.

SILVA, Gilda Odinto do Valle. **Cultural Capital, Classe e Gênero em Bourdieu**. INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. v.I, n.2, p.24-36, jul./dez. 1995.

VARGAS, Leandro Silva; NETO, João Francisco Pereira. **Educação Física Inclusiva**: diferentes olhares sobre a inclusão social através da educação física e do esporte. Porto Alegre: Universidade Metodista IPA, 2014

ANEXOS

Anexo A - Ementas das 20 melhores faculdades de Educação Física segundo ranking da revista folha de São Paulo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA (5º semestre)
Ementa	Estudo dos conceitos da Educação Física Adaptada. Fundamentos e características das deficiências sensoriais, físicas e cognitivas. Considerações históricas e sociais.
Disciplina 02	LIBRAS E EDUCAÇÃO DE SURDOS (5º semestre)
Ementa	Conhecimentos teórico-práticos introdutórios de Libras e dos parâmetros que a caracterizam como língua; • constituição do sujeito surdo pela Libras; • história da educação e as organizações dos movimentos políticos dos surdos; • comunidades surdas e suas produções culturais; • abordagens educacionais no ensino da pessoa surda; • projetos de educação bilíngue; • leis de acessibilidade e de garantia à educação.
Disciplina 03	ESPORTE ADAPTADO (6º semestre Bacharelado)
Ementa	Estudo das modalidades esportivas adaptadas (histórico e evolução). Avaliação funcional do esporte adaptado. Regulamento e pontuação nas várias modalidades. A organização do Esporte Paraolímpico.
Disciplina 04	ATIVIDADE FÍSICA PARA GRUPOS DIFERENCIADOS (7º semestre Bacharelado)
Ementa	Estudo das concepções e procedimentos para o desenvolvimento de programas de atividades físicas para grupos diferenciados, tais como: gestantes, obesos, cardiopatas, hipertensos e diabéticos.
Disciplina 05	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ESPECIAL (7º semestre)
Ementa	Estudo das concepções e procedimentos pedagógicos da Educação Física relacionado à Educação Física Escolar Especial.
Site	https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/2018-02-16_projeto_pedagogico_fef-unicamp.pdf

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO DE SURDOS, LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (5º PERÍODO IDEAL)
Ementa	Discutir os conceitos de estigma e preconceito, diferença e deficiência, educação especial e educação inclusiva - O público-alvo da educação especial - Educação de surdos: contexto histórico e político - Estudo prático da Libras
Disciplina 02	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ADAPTADA I (5º PERÍODO IDEAL)
Ementa	Apresentação e análise do escopo de educação física adaptada, que envolve a participação de pessoas portadoras de necessidades especiais no componente curricular de educação física. Definição de população que apresenta necessidades especiais. Terminologia e classificação dos diferentes tipos de deficiências e/ou limitações. Conceituação e características anátomo-fisio-psico-neurológicas de deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiências físicas, gravidez, distúrbios de saúde e distúrbios emocionais. Conhecimento das fontes de informação sobre educação física e portadores de necessidades especiais para contínua atualização profissional.
Disciplina 03	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ADAPTADA II (6º PERÍODO IDEAL)
Ementa	Apresentação e análise de aspectos relacionados ao domínio psicomotor de pessoas que apresentam necessidades especiais (deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiência física, gravidez, distúrbios de saúde, e distúrbios emocionais), com ênfase em desenvolvimento motor, aprendizagem motora, e controle motor. Contextos em que a educação física adaptada pode ser desenvolvida e formas de participação, integrada ou não. Objetivos, metas, tipos de atividades, ambientes e materiais apropriados, relacionados com o desenvolvimento de programas de educação física adaptada.
Site	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codecg=39&codeur=39040&codhab=300&tipo=N

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	
Disciplina 01	TEORIA DA ATIVIDADE FISICA ADAPTADA (3° PERIODO)
Ementa	Atividade Física Adaptada: teorias e conceitos; afecções da saúde e de funcionalidade; paradigmas (adaptação, organização de serviços, inclusão, ecossistema e equidade); âmbitos de atuação (escolar, esportivo, recreacional e de reabilitação); realidade nacional e internacional.
Disciplina 02	FUNDAMENTOS DE LIBRAS (6° PERIODO)
Ementa	: Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.
Site	https://ufmg.br/cursos/graduacao/2364/77556

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)	
Disciplina 01	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
ementa	Não disponível no site da instituição
Disciplina 02	EDUCAÇÃO FÍSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Ementa	Não disponível no site da instituição
Disciplina 03	PRÁTICAS FORMATIVAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Ementa	Não disponível no site da instituição
Site	https://www.fc.unesp.br/Home/Departamentos/depeducacaoofisica/projeto-politico-pedagogico_licenciatura_2015.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO UFRJ	
Site	fora do ar

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL UFRGS	
Disciplina 01	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
ementa	Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas. Ensino básico da LIBRAS. Políticas linguísticas e educacionais para surdos.
Disciplina 02	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL
Ementa	Aborda o ensino da educação física para pessoas com deficiências. Discute estratégias de ensino coerentes com as especificidades de cada deficiência. Propõe a elaboração e aplicação de planos de ensino de educação física em turmas com inclusão no ensino básico e em escolas especiais.
Disciplina 03	ESPORTE ADAPTADO (6º semestre Bacharelado)
Ementa	A disciplina visa à reflexão crítica de questões ético-político-educacionais da ação docente quanto à integração/inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais. Analisa a evolução conceitual, na área da educação especial, assim como as mudanças paradigmáticas e as propostas de intervenção. Discute as atuais tendências, considerando a relação entre a prática pedagógica e a pesquisa em âmbito educacional.
Disciplina 04	ENSINO E IDENTIDADE DOCENTE (Eletiva)
Ementa	Disciplina que visa criar condições para os alunos analisarem/articularem os saberes, os poderes, o saber-poder, as competências e as habilidades a partir de questões de raça/etnia, gênero, geração e outros marcadores sociais que perpassam a constituição das identidades docente e discente.
Disciplina 05	PRÁTICAS CORPORAIS DE SAÚDE MENTAL (Eletiva)
Ementa	Aborda a organização da política de saúde mental no Brasil considerando a perspectiva de desinstitucionalização, a organização dos Centros de Atenção Psicossocial e a constituição de redes de articulação com a rede de atenção básica. Discute a potencialidade das práticas corporais como ferramenta terapêutica em serviços de saúde mental. Instiga o uso das práticas corporais como prática de cuidado de sujeitos portadores de sofrimento psíquico e usuários de álcool e outras drogas.
Site	http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=314

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	
Ementas não disponibilizadas no site	
Site	http://www.fef.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/docgrad/PPC-Licenciatura-Versao-Final---FINAL.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	
Disciplina 01	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS
Ementa	: Debate em torno de estudos na perspectiva cultural e deíscia dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Constituição do sujeito surdo. Noções básicas da língua de sinais brasileira: teoria e prática. Escrita de Sinais. Atividades de base para a aprendizagem de língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionadas ao trabalho docente, à sala de aula.
Disciplina 02	INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS E NECESSIDADES ESPECIAIS
Ementa	(Unidade Didática) Caracterização das diferentes necessidades especiais: cognitivas, motoras e sensoriais. Ações e intervenções educativas para pessoas com necessidades especiais. Atividade física com idosos e gestantes. Acessibilidade e inclusão.
Site	http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/PPC-vers%C3%A3o-2016.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	abordagem da educação física e esportes adaptados a pessoas com deficiências sensoriais, físicas e mentais sob as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, priorizando a inclusão destas no contexto escolar.
Disciplina 02	INTRODUÇÃO A LÍNGUA BRÁS. DE SINAIS –LIBRAS
Ementa	surdez e linguagem; - papel social da língua brasileira de sinais (libras); - libras no contexto da educação inclusiva bilíngue;- parâmetros formacionais dos sinais, uso do espaço, relações pronominais, verbos direcionais e de negação, classificadores e expressões faciais em libras; - ensino prático da Libras.
Disciplina 03	ADOLESCÊNCIA E PROBLEMAS PSICOSSOCIAIS
Ementa	1. Adolescência2. Pobreza e comportamento3. Comportamento sexual4. O indivíduo excepcional5. Trabalho6. Violência e delinquência7. A questão das drogasDetalhamento da Ementa: Unidade de Revisão: abordagem básica do desenvolvimento humano- Psicologia (definição, objetivo e abrangência)-Teorias e tendências do desenvolvimento1) Adolescência1.1) Infância1.2) Desenvolvimento puberalconceituação de adolescência- fatores que desencadeiam mudanças- desenvolvimento afetivo-sexual (doenças sexualmente transmissíveis, homossexualidade, gravidez)- mudanças de emoções e atitudes1.3) Dinâmica do comportamento adolescentenecessidades, desejos e fantasias- maturação cognitiva-interesses e preocupações (aparência, autoregulação, vocação, criatividade, recreação, comunicação)1.4) Reorganização da personalidade e padrões de ajustamento-valores-relacionamento (amizades, grupos, namoro, família)-conflitos e problemas-identidade adolescente e padrões da vida adulta2. Pobreza e comportamento2.1. O meio cultural2.2. Facilitação e inibição cultural na adolescência3. Violência e delinquência3.1. O ambiente3.2. Os grupos3.3. A questão das drogas-Discussão ampla- Reflexões4. Trabalho4.1. Identidade e escolha vocacional4.2. Vocação e necessidade de trabalho4.3. A busca de identidade e idealismo5. O adolescente desviante/especial5.1. Conceituação5.2. CaracterizaçãoDeficiência física- Deficiência sensorial- Deficiência mental- Problemas de aprendizagemDistúrbios psicológ
Disciplina 04	INTRODUÇÃO À LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS II (ELETIVA)
Ementa	Surdez e linguagem; - Papel social da língua brasileira de sinais (libras); - Libras no contexto da educação inclusiva bilíngue; - Parâmetros formacionais dos sinais, uso do espaço, relações pronominais, verbos direcionais e de negação, classificadores e expressões faciais em libras; - Ensino prático da libras.
Site	http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/educacao-fisica/educacao-fisica-licenciatura-projeto-pedagogico.pdf

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA (UFSC)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	Caracterização das pessoas com necessidades especiais. Atividades físicas e as deficiências: deficiências mentais, deficiências físicas e deficiências sensoriais. Processos inclusivos e metodologias da atividade motora adaptada. Prática pedagógica sob a orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida e experiências de ensino.
Disciplina 02	TEORIA E METODOLOGIA DOS ESPORTES ADAPTADOS
Ementa	Histórico e evolução dos esportes adaptados: caracterização, aplicação, regulamentação e benefícios aos participantes. Contribuições no processo de inclusão das pessoas com deficiência nos vários setores da sociedade. Elementos básicos e aspectos metodológicos do ensino dos esportes adaptados. Prática pedagógica, sob orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino.
Disciplina 03	TÓPICOS AVANÇADOS EM ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA
Ementa	Metodologia de avaliação em atividade motora adaptada. Jogos e adaptações: metodologia e aplicação. Prática pedagógica, sob orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida e experiências de ensino.
Disciplina 04	GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA
Ementa	Estereótipos e socialização nas relações de gênero na cultura. Teorias de gênero e a investigação na Educação Física: masculinidade e feminilidade nas culturas de movimento. Educação Física e coeducação. Bibliografia Básica: Goellner, S.V. Bela,
Site	http://def.ufsc.br/programas-de-ensino-curriculo-novo/portugues/

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	
Ementas não disponibilizadas no site	
Site	http://www.iefd.uerj.br/2curricular.htm

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO (UFPE)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 1
Ementa	Caracterização das deficiências no âmbito da Educação Física. Importância da Educação Física para essa população. Aspectos teórico-metodológicos na adaptação de atividades motoras orientadas para pessoas com deficiência. Educação Física e inclusão. Elaboração e organização de experiências pedagógicas no âmbito do ensino formal. Conhecer as fontes de informação sobre o tema e preocupar-se com a contínua atualização profissional.
Disciplina 02	LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS
Ementa	Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual).
Disciplina 03	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 2 (ELETIVA)
Ementa	Análise de novas referenciais teórico-metodológicos na realização de atividades corporais para pessoas com deficiência. Educação Física e inclusão. Elaboração e organização de projetos de ação docente no ensino formal. A deficiência no contexto das manifestações esportivas formais. Conhecer as fontes de informação sobre o tema e preocupar-se com a contínua atualização profissional.
Site	https://www.ufpe.br/documents/39243/545912/PPC+Licenciatura+em+Educa%C3%A7%C3%A3o+F%C3%ADsica.pdf/c6450685-c92b-4f45-bed0-06dbda1b80a7

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA E PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS I
Ementa	EMENTAS: História da educação e das políticas educacionais voltadas para pessoas com necessidades educacionais especiais. Educação Física no processo educacional de alunos com necessidades educacionais especiais. Estereótipos, preconceitos e deficiência.
Disciplina 02	DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA E PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS II
Ementa	Implicações da presença de alunos com altas habilidades, condutas típicas e deficiências em programas de Educação Física escolar. Elaboração, implementação e avaliação de programas de Educação Física com vistas ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.
Disciplina 03	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS
Ementa	Não disponível no site da instituição
Site	http://www.uel.br/prograd/?content=catalogo-cursos/catalogo_2017/cursos/educacao_fisica.html

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA
Ementa	Princípios e fundamentos para o desenvolvimento da educação física como forma de inclusão social e de desenvolvimento da cidadania. OBJETIVO: Discutir os aspectos históricos e filosóficos que envolvem a relação homem-sociedade e dentro desta os problemas oriundos do processo de escolarização na área da educação física em face da política de inclusão. Reconhecer a educação física inclusiva em sua trajetória enquanto área de investigação e intervenção Conhecer os aspectos filosóficos dos modelos de deficiência (social e médico) para pensá-los no contexto educacional Conhecer os aspectos históricos do binômio inclusão/exclusão no contexto da educação física escolar Aceitar as limitações inspirando-se na ética da diferença e no respeito à diversidade Compreender o limiar moral do binômio inclusão/exclusão em questões de gênero, de sexualidade e de raça Compreender a construção social do binômio inclusão/exclusão a partir das limitações corporais dos deficientes (físico, mental, visual, auditivo) Criar dispositivos de abordagem pedagógica inclusiva em consideração das limitações e potencialidades do sujeito deficiente.
Disciplina 02	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS
Ementa	Conteúdos gerais para a comunicação básica com surdos utilizando a língua da modalidade visual e gestual da Comunidade Surda, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), voltados para a prática docente na escola. Aspectos históricos, culturais do sujeito surdo e seus reflexos na atuação do professor. Legislação relacionada às especificidades do sujeito surdo e à sua escolarização.
Site	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/90238249#

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)	
Disciplina 01	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	Estudo da Educação Física Adaptada. Aspectos históricos sociais e culturais e a inclusão. As deficiências e seus conceitos, características, causas e classificações. Cuidados, recomendações e orientações metodológicas para as deficiências auditiva, física, intelectual, visual e múltipla. Diferentes modalidades de atividades motoras adaptadas.
Disciplina 02	PRÁTICA PEDAGÓGICA IX – EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	Desenvolvimento, sob orientação, de prática pedagógica dos conteúdos estudados em “Introdução à Educação Física Adaptada”
Disciplina 03	LIBRAS LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.
Ementa	O sujeito surdo. Noções linguísticas de libras. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação dos surdos. Teoria da tradução e interpretação. Introdução às técnicas de tradução em Libras/Português. Introdução às técnicas de tradução em Português/Libras. Noções básicas da língua de sinais brasileira.
Site	http://www.novoscursos.ufv.br/graduacao/caf/efs/www/wp-content/uploads/2011/05/Projeto-Politico-Pedagogico-Educacao-Fisica-2016.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
Ementa	ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de : Conhecer e compreender os aspectos sócio-históricos e educacionais e identificar os diversos fatores etiológicos relacionados às pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE). Conhecer, compreender e interpretar a atuação do profissional e os princípios didáticos-pedagógicos norteadores na Educação Física para pessoas com necessidades educacionais especiais. Aplicar e avaliar atividades didáticos-pedagógicas esportivas e recreativas em Educação Física para pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE).
Site	http://coral.ufsm.br/edfisica/images/Ducmentos/PPC-LIC.pdf

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	Estudos das teorias e métodos que abordam diferentes alterações no corpo humano relacionado à deficiência física, sensorial e psicomotora tendo como objeto as ações pedagógicas na educação física. (Res. 183/05-CEP) Objetivos: Desenvolver estudos e ações pedagógicas para pessoas com deficiência física, deficiência mental, deficiência visual e deficiência auditiva na Educação Física; desenvolver uma prática reflexiva e crítica nos aspectos político, social, cultural, familiar e educacional na educação física adaptada; capacitar o aluno a planejar, desenvolver e aplicar atividades na área da deficiência. (Res. 183/05-CEP)
Disciplina 02	INTRODUÇÃO À LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
Ementa	Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar na educação básica. (Res. 025/2009-CI/CCS) Objetivos: Instrumentalizar os graduandos para o estabelecimento de uma comunicação funcional com pessoas surdas. Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar. Expandir o uso da LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil. (Res. 025/2009- CI/CCS)
Site	http://sites.uem.br/pen/deg/apoio-aos-colegiados-aco/documentos/cursos-1/cursos/educacao-fisica-integral-noturno

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO E INCLUSÃO
Ementa	Diferentes abordagens sobre Educação e diversidade. Perspectivas histórico-culturais e psicossociais. Legislação e políticas públicas em educação especial no Brasil e no Espírito Santo; os sujeitos da educação. O cotidiano educacional, o contexto escolar, a diversidade e a escola inclusiva.
Disciplina 02	EDUCAÇÃO FÍSICA, ADAPTAÇÃO E INCLUSÃO
Ementa	A questão da Educação Física para alunos com necessidades especiais. Conhecimento das deficiências, características e possibilidades de intervenção. Estudo dos métodos e técnicas aplicadas e de situações que exigem adaptações. Problemática das situações de inclusão/exclusão nas aulas de Educação Física.
Disciplina 03	ATIF EXPERIÊNCIA DE ENSINO EM TEMÁTICAS TRANSVERSAIS
Ementa	Estuda e problematiza o conhecimento construído na e pela experiência de aprender a “ser professor” a partir de temáticas sociais da diversidade humana (orientação sexual, relações de gênero, relações etnicorracias, condição da pessoa com deficiência, uso de drogas, meio ambiente, trabalho e consumo e ética) na interface com as práticas pedagógicas da Educação Física em todos os níveis da Educação Básica.
Disciplina 04	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
Ementa	A língua de sinais. A representação social dos surdos. A cultura surda. A identidade surda. Sinais básicos na conversação.
Site	http://www.cefd.ufes.br/sites/cefd.ufes.br/files/field/anexo/PPC%202014.pdf

CENTRO UNIVERSITARIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS (FMU)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Ementa	Discute os aspectos pertinentes aos dilemas propostos pela legislação no que concerne à inclusão social, enfatizando os desafios para a constituição de uma escola inclusiva. Trata da complexidade social e as consequências do direito de aprender nos campos didático, pedagógico e educacional. Explora a fundamentação teórica e prática para a ação educativa direcionada a deficiências.
Disciplina 02	LIBRAS
Ementas	Introdução à comunicação básica em Língua Brasileira de Sinais (Libras); Legislação referente a Libras; Introdução aos aspectos teóricos e parâmetros gramaticais da Libras; A filosofia bilíngue na educação de surdos; Introdução ao processo de formação da identidade, comunidade e cultura surda. (Não informou quanto a Obrigatoriedade das disciplinas)
Site	http://portal.fmu.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)	
Ementas não disponibilizadas no site	
Site	http://www.pucrs.br/saude/curso/educacao-fisica-licenciatura/#curriculos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	
Disciplina 01	LIBRAS
Ementa	Não disponível no site da instituição
Disciplina 02	FUNDAMENTOS DA EDUCACAO FISICA INCLUSIVA
Ementa	Não disponível no site da instituição
Disciplina 03	EDUCACAO FISICA ADAPTADA
Ementa	Não disponível no site da instituição
Site	dados obtidos na Secretaria da Faculdade de Educação Física

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)	
Ementas não disponibilizadas no site	
Site	http://unifesp.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	
Ementas não disponibilizadas no site	
Site	https://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)	
Disciplina 01	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS ASPECTOS DA LÍNGUA DE SINAIS E SUA IMPORTÂNCIA
Ementa	cultura e história. Identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa.
Disciplina 02	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	Recursos materiais e humanos. Causas da deficiência. Caracterização. Recursos educacionais. Processos inclusivos no contexto da educação física escolar. Implementação de equipamentos e espaço físico.
Site	https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/3109/CURSO_DE_LICENCIATURA_EM_EDUCA_O_F_SICA_15312449948869_3109.pdf

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA (UNIMEP)	
Ementas não disponibilizadas no site	
Site	http://unimep.edu.br/educacao-fisica/licenciatura/disciplinas

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	
Ementas não disponibilizadas no site	
Site	https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	Conhecer os aspectos relacionados ao processo inclusivo na escola. Caracterização da pessoa com deficiência, introdução à educação física adaptada, integração da pessoa com deficiência na sociedade. Aspectos metodológicos educação física adaptada.
Disciplina 02	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I (LIBRAS I)
Ementa	Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.
Site	https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/820

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	Conceituação da Educação Física Adaptada. A sociedade e o portador de “deficiência”. A Legislação e o portador de “deficiência”. A prática da atividade física e do esporte individual e coletivo para o portador de deficiência. Atuação do professor de Educação Física no mercado de trabalho.
Site	http://www.educacaofisica.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	
Disciplina 01	INTRODUÇÃO À LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS
ementa	Estudo sobre a realidade da educação de surdos e as políticas de inclusão e exclusão social e educacional no Brasil. Fundamentos básicos das línguas de sinais, priorizando a língua brasileira, suas influências culturais e regionais. Estudo da modalidade visual-espacial da Língua Brasileira de Sinais, da sua estrutura gramatical e dos parâmetros de formação dos sinais: configuração de mãos, ponto de articulação, movimentos, expressões facial/corporal, orientação/direção e suas convenções.
Disciplina 02	METODOLOGIA DE ENSINO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	Estudo introdutório das deficiências do ponto de vista histórico-social. Características das deficiências mais comuns presentes nos ambientes escolares. Aspectos teórico-metodológicos da Educação Física adaptada e a inclusão escolar. Estudo crítico de problemáticas que envolvem Educação Física, inclusão e exclusão. Análise de métodos de ensino e pesquisa em Educação Física Adaptada.
Site	https://fefd.ufg.br/up/73/o/PPC_EF_Vers%C3%A3o_final.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	
Disciplina 01	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA
Ementa	Estudo dos conceitos da Educação Física Adaptada. Fundamentos e Características das deficiências sensoriais, físicas e cognitivas. Estudo das modalidades esportivas adaptadas (histórico e características).
Site	http://sistemas.uftm.edu.br/integrado/?to=N29zTFVkdGh2bjcyeC9odGF1SIRIRGthNjZ1VWY5Z1N1blFtdTJLUnFmbDdkU0V1YzVvZEtbkZhTyt2UFBaeXRFSnpFbEMweitJNWV6NXR3RWZBVGE2T2dYMityc3JqbVp5UitkT3Z4LzFiNFNtNHdwU2ZNRtQ0R3RCVURjenluR0hnVzE4Ynd2T0psYkdwZFJUEHRpTXBUQmVDVFNyM1FZZFM1Mzd4VHpbBT1Vkm3NkaDd4b3NvbmlJ3dDdCWENv&secret=uftm